



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

EDITAL
TOMADA DE PREÇOS
Nº 009/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES - MA, CONFORME PLANO DE TRABALHO DEVIDAMENTE INSERIDO E APROVADO NO SICONV, CONSTANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59.580.000211/2019-20 E CONVÊNIO Nº 886911 (CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF E O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES - MA).

ju



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

ÍNDICE GERAL

01 - EDITAL

ITEM 01.....	DO OBJETO
ITEM 02.....	DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL
ITEM 03.....	DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS
ITEM 04.....	DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS
ITEM 05.....	DA PARTICIPAÇÃO
ITEM 06.....	DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
ITEM 07.....	DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
ITEM 08.....	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
ITEM 09.....	DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DOS ENVELOPES
ITEM 10.....	DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
ITEM 11.....	DO CRITÉRIO DE DESEMPATE
ITEM 12.....	DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
ITEM 13.....	DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO
ITEM 14.....	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
ITEM 15.....	DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
ITEM 16.....	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE
ITEM 17.....	DA IMPUGNAÇÃO
ITEM 18.....	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
ITEM 19.....	DOS ENCARGOS LEGAIS
ITEM 20.....	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ITEM 21.....	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
ITEM 22.....	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
ITEM 23.....	MULTA
ITEM 24.....	ADVERTÊNCIA
ITEM 25.....	SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
ITEM 26.....	DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ITEM 27.....	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

02 - ANEXOS

- a) Anexo I – Projeto Básico (Memorial Descritivo);
- b) Anexo II - Carta Proposta;
- c) Anexo III- Modelo de Carta Credencial;
- d) Anexo IV- Minuta do Contrato;
- e) Anexo V- Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei n.º 8.666/93;
- f) Anexo VI- Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;
- g) Anexo VII- Modelo de declaração de enquadramento como ME, EPP, MEI ou COOP.
- h) Anexo VIII - Declaração de visita e recebimento de informações técnicas;
- i) Anexo IX - Termo de Recebimento Provisório de Medição;
- j) Anexo X - Termo de Recebimento Provisório Definitivo.

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

PREÂMBULO

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020–CPL

TIPO: Menor Preço Global

PROCESSO Nº 059.2020

REGÊNCIA: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006 e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 24 de julho de 2020 às 08h30min. Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES (MA) - CPL, faz público, para conhecimento dos interessados, que realizará e julgará a licitação acima indicada e receberá os envelopes **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA DE PREÇOS** na Av. Canaã nº 102, Centro, São Pedro dos Crentes - MA, sob as seguintes condições:

1. OBJETO

1.1. A presente licitação na modalidade de Tomada de Preços tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no município de São Pedro dos Crentes – MA, conforme plano de trabalho devidamente inserido e aprovado no SICONV, constante no processo administrativo nº 59.580.000211/2019-20 e convênio nº 886911 (celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o município de São Pedro dos Crentes - MA).

1.2 - O detalhamento quanto às condições para execução dos serviços consta do Projeto Básico (Memorial Descritivo/Especificações e Valor Máximo Global), que faz parte deste Edital sob a forma do Anexo I.

1.3 - O valor total estimado para execução dos serviços é de R\$ 400.867,00 (quatrocentos mil e oitocentos e sessenta e sete reais).

1.4 - Fica entendido que todos os documentos da licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será válido.

1.5 - O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes no endereço acima citado, no portal da Transparência da Prefeitura ou mediante solicitação ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações via E-mail: cplpmcpc@hotmail.com.

Jul



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

2.1. Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Projeto Básico (Memorial Descritivo);
- b) Anexo II - Carta Proposta;
- c) Anexo III- Modelo de Carta Credencial;
- d) Anexo IV- Minuta do Contrato;
- e) Anexo V- Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei n.º 8.666/93;
- f) Anexo VI- Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;
- g) Anexo VII- Modelo de declaração de enquadramento como ME, EPP, MEI ou COOP.
- h) Anexo VIII - Declaração de visita e recebimento de informações técnicas;
- i) Anexo IX - Termo de Recebimento Provisório de Medição;
- j) Anexo X - Termo de Recebimento Provisório Definitivo.

3. DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1. Os documentos apresentados através de cópia produzida por qualquer processo de reprodução, deverão ser autenticados por cartório competente ou pelo Presidente e demais membros da CPL;

3.2. Para aqueles que desejarem autenticar documentos junto a Comissão Permanente de Licitação – CPL, deverão fazê-lo antes da data e hora marcada para a realização do certame, visando, dessa forma, celeridade na abertura do processo.

3.3. Os documentos obtidos por meio eletrônico ficam dispensados de autenticação podendo, entretanto, ter sua autenticidade conferida digitalmente pelo Presidente e Membros da Comissão no curso da sessão caso sejam suscitadas dúvidas com relação à mesma.

4. DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

4.1 - A empresa licitante poderá enviar um representante legal, para realizar a visita ao local dos serviços e constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. As visitas poderão ser agendadas a partir da publicação do instrumento convocatório e até 02 (dois) dias antes da realização do certame, devendo a empresa interessada agendar na CPL o dia que pretende realizar visita ao local dos serviços, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas).

4.2 - O representante legal da empresa licitante que efetuar a visita ao local dos serviços, será acompanhado por servidor(a) público(a) municipal, o qual mostrará o(s) local(is) exato(s) onde será(ão) executado os serviços. Para tanto, deverá comparecer na Secretaria Municipal de Infraestrutura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA, com sede na Av. Canaã nº 102, Centro, São Pedro dos Crentes - MA, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min. O(a) servidor(a) público(a) municipal comprovará a realização da visita *in loco*, através de assinatura ou rubrica na declaração expedida pela empresa licitante (Modelo no anexo VIII deste edital). A referida declaração será juntada à documentação de habilitação, nos termos do inciso III do Artigo 30, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

4.3 - A empresa licitante que não enviar representante legal para realizar a visita ao local dos serviços e constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, deverá, obrigatoriamente, expedir declaração em modelo próprio de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços, não cabendo possíveis alegações futuras da impossibilidade de execução do contrato.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação:

5.1.1 - Quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que sejam cadastradas na Prefeitura de São Pedro dos Crentes - MA, setor de licitação.

5.1.2 - As empresas não inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura de São Pedro dos Crentes poderão participar deste processo licitatório, desde que atendidas todas as condições exigidas para seu cadastramento e observada a necessária qualificação, devendo solicitar referido Registro até 03 (três) dias úteis antes da abertura da presente Licitação, na Sala da Comissão Permanente de Licitações. (Art. 22, § 2º Lei 8.666/93).

5.2. – Não poderão participar desta licitação:

5.2.1 - Pessoas Físicas;

5.2.2–Empresas cuja falência tenha sido decretada em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, ou ainda empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.2.3–Empresas que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes da administração indireta ou tenham sido por estes declaradas inidôneas, ainda que tal fato se dê após o início do certame;

5.2.4–Empresas apresentadas na qualidade de subcontratadas;

5.2.5–Empresas que tenham em sua composição societária ou no seu quadro de pessoal qualquer servidor, efetivo ou não, dirigente da Administração Municipal, ocupantes de função, cargo ou emprego público na Administração Municipal, ente contratante ou membro, efetivo ou substituto, da Comissão de Licitação;

5.2.6 – Empresas que se apresentem em forma de consórcios;

5.2.7- Empresas que tenham a mesma composição societária ou que pertença ao mesmo grupo de outra licitante desta TOMADA DE PREÇOS, ainda que parcialmente;

5.2.8 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

5.2.9 – Empresas enquadradas nas demais vedações estabelecidas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

5.2.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.2.11 - Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

5.2.11.1 - É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos;

5.2.12 - Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;

5.2.13 - Empresas que não possuam endereço físico, bem como local e instalações adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade dela.

5.2.13.1 - É facultado à Comissão Permanente de Licitação, visitar *in loco*, a(s) sede(s) da(s) empresa(s) participante(s) deste certame, para fins de comprovação da existência de endereço físico, bem como constatar que o local e instalações são adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade. Havendo a referida visita, reservã-se a Comissão Permanente de Licitação fotografar a área externa (fachada) e/ou área interna do imóvel onde está localizada a empresa.

5.2.13.1.1 - Após a visita *in loco* e constatado que o endereço da empresa participante é fictício, podendo esta ser considerada uma "empresa fantasma", a Comissão Permanente de Licitação inabilitará/excluirá automaticamente a empresa do certame, declarando-a inidônea, garantida a prévia defesa em processo regular e encaminhará os autos do processo para o Ministério Público do Estado do Maranhão aplicar as demais penalidades previstas em lei.

6. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

6.1 – Por força da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto Municipal nº 006/2009, as microempresas – MEs, as empresas de pequeno porte – EPPs, os microempreendedores individuais - MEIs que tenham interesse em participar deste Tomada de preço deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

em que o proponente for declarado o vencedor do certame prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- c) A prorrogação do prazo previsto na alínea "b" deverá ser concedida pelo presidente da CPL quando requerida pelo licitante, **a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho**, devidamente justificados.
- d) A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam as alíneas "b" e "c".
- e) A não regularização da documentação no prazo previsto nas alíneas "b" e "c" implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- f) Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs, MEIs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs, MEIs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- g) Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs, MEIs **sediadas no âmbito local (limites geográficos do município de São Pedro dos Crentes - MA)**, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs, MEIs locais sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.

6.2 – Para efeito do disposto no item acima, caracterizando o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a ME, EPP, MEI mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de dez minutos após o encerramento da fase de julgamento das propostas de preços, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta de preço mencionada na alínea anterior **deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame**, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME, EPP, MEI) no caso da alínea "g" e (ME, EPP, MEI - **sediadas no âmbito local**) no caso da alínea "h", desde que seu preço seja aceitável;
- c) não ocorrendo a contratação da ME, EPP, MEI, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs, EPPs, MEIs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas MEs, EPPs, MEIs que se encontrem enquadradas no item 6.2., alínea c, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 6.2, alínea "c", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

O procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP, MEI.

Jul 7



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

7. DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, EM SEPARADO (fora de envelope) dos envelopes nº 01 e 02.

7.1.1. SÓCIO (A), EMPRESÁRIO (A), DIRIGENTE OU ASSEMELHADO (A):

7.1.1.1. Deverá apresentar cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto, inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as suas eventuais alterações ou consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem sua capacidade de representante legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

7.1.2. PROCURADOR (A) OU ASSEMELHADO (A):

7.1.2.1. Deverá apresentar Instrumento Público de Mandato (Procuração), assinada por tabelião e possuindo o selo de fiscalização do Poder Judiciário do Estado da sede do Cartório, outorgando obrigatoriamente poderes para representar a mesma em licitações públicas, interpor recurso e renunciar a sua interposição, formular ofertas e lances de preços. A outorgante poderá ainda, conferir a (ao) outorgado (a) poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação/convocação, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante. Deverá apresentar juntamente com o referido instrumento, cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto do (a) outorgado (a), inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as suas eventuais alterações ou consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem a capacidade de representante legal do outorgante, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações; ou

7.1.2.2. Deverá apresentar Instrumento Particular de Mandato ou Carta Credencial (ANEXO II), com firma reconhecida em cartório, outorgando obrigatoriamente poderes para representar a mesma em licitações públicas, interpor recurso e renunciar a sua interposição, formular ofertas e lances de preços. A outorgante poderá ainda, conferir a (ao) outorgado (a) poderes para emitir



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

proposta de preços, emitir declarações, receber intimação/convocação, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante. Deverá apresentar juntamente com o referido instrumento ou carta credencial, acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, juntamente com cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da CPL da cédula de identidade ou outro documento oficial que contenha foto de todos os sócios e do outorgado, inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem a capacidade de representante legal do outorgante, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações.

7.2. Os documentos enumerados nos itens 7.1.1. e 7.1.2. deste edital, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, da seguinte forma:

7.2.1. Documento(s) original (is); ou

7.2.2. Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticada(s) por servidor da Comissão Permanente de Licitação, mediante a apresentação do(s) documento(s) original (is) para confronto.

7.2.2.1. A empresa licitante que optar pela forma disposta no item 7.2.2. deste edital, deverá comparecer na sala da Comissão Permanente de Licitação, sito na Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA, com sede à Av. Canaã, nº 102, Centro, São Pedro dos Crentes – MA, em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, até o 1º (primeiro) dia útil anterior à data da realização do certame, munido do (s) documento (s) original (is) juntamente com a (s) respectiva (s) cópia (s) a ser (em) autenticada (s).

7.2.2.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta dias) dias imediatamente anteriores à data da sessão.

7.3. Todos os documentos apresentados para credenciamento serão juntados aos autos do processo desta licitação e não serão devolvidos às empresas licitantes.

7.4. A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de participar da fase de lances, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão pública da Tomada de Preços, mas em nenhuma hipótese excluirá a licitante do certame.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

7.5. Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

7.6. O representante legal devidamente credenciado poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que apresente todos os documentos necessários para credenciamento, devendo ser observada a restrição constante do item 7.4 deste edital.

7.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

7.8. A licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar usufruir o regime diferenciado e favorecido em licitações concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, deverá apresentar no original ou em Cópia devidamente autenticada em cartório ou por servidor da CPL, da Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial do domicílio da licitante no ano de 2020, comprovando que a empresa se enquadra na situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte juntamente com a Declaração de Enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo no ANEXO VII.

7.8.1 A licitante que não apresentar a documentação conforme disposto no subitem 7.8, ou apresentar qualquer outro documento diferente do exigido no ato do credenciamento decairá do direito de posteriormente se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, perdendo automaticamente os direitos que lhe conferem a Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 (em nenhuma hipótese será aceito outro documento equivalente diferente do solicitado).

7.9. Os documentos de credenciamento serão conferidos pelo Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, a cada sessão pública realizada.

7.10. A documentação apresentada para o Credenciamento, em nenhuma hipótese será aproveitada para qualquer outra etapa do certame, sendo exclusiva para o Credenciamento do representante da licitante.

7.11. O licitante também deverá apresentar no momento do CREDENCIAMENTO:

7.11.1. Cartão de CNPJ com data de emissão de até no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da sessão pública;

7.11.2. Certidão Específica emitida pela Junta comercial da sede da licitante;

7.12. O licitante ora interessado no certame deverá apresentar documentos comprobatórios, como sendo o cartão do CNPJ com CNAE compatível, tendo em vista que o Presidente ao iniciar o credenciamento, realizará pesquisa junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, se o ramo de atividade enquadrada na Classificação Nacional de Atividades



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

Econômicas/CNAE, compreende o objeto ora licitado.

7.13. Todos os documentos deverão estar numerados, sendo de total responsabilidade dos licitantes a verificação dos mesmos.

7.14. É facultado ao Presidente e Membros da Comissão autenticar os documentos para credenciamento durante a sessão. As licitantes que não apresentarem a documentação como exigida no ato convocatório não serão credenciadas.

7.15. Após declarado encerrado o Credenciamento não será permitido, sob qualquer argumento, a admissão de licitantes retardatários.

8. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

8.1. A documentação deverá ser entregue pela empresa licitante à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, em 02 (dois) envelopes opacos, devidamente lacrados e invioláveis, o primeiro, identificado como “ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, o segundo, como “ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS”, em cujas partes externas, além da razão ou denominação social da empresa licitante, deverão conter:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES (MA)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL
Av. Canaã, nº102, Centro, São Pedro dos Crentes-MA
Tomada de Preços nº 009/2020 – CPL - Data: 23/07/2020 às 08h30min.

8.2. Para habilitação à presente licitação, as empresas apresentarão os documentos abaixo relacionados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme exigência da Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.2.1. Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

8.2.1.1 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.2.1.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

8.2.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.2.1.6 - Cópia da cédula de identidade dos sócios ou dos administradores;

8.2.1.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do empresário (no caso de micro empreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa Ltda.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima), comprovando a inscrição para com a Fazenda Federal.

8.2.2.1.1 - É facultada a apresentação da prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), se a numeração dele estiver explícita na cédula de identidade.

8.2.2.2 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.2.2.3 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.2.2.4 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.5 - Certificado de regularidade do FGTS, ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

8.2.2.6 - Certidão Negativa de Débitos Fiscais e de Dívida Ativa, emitida pela Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, emitida até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade;

8.2.2.7 - Certidão Negativa de Débitos e de Dívida Ativa, ou documento equivalente, emitida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.2.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A

81



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e certidão conforme o artigo 5º da portaria 1421/2014 do MTE; h) Alvará de funcionamento, em plena validade.

8.2.3. A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, ou que esteja dentro do prazo de validade expressa na própria certidão.

b) **Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**, do último exercício social, exigíveis na forma da lei, assinados pelo contador e representante legal da pessoa jurídica, que comprovem a boa e regular situação financeira da empresa. Admite-se a apresentação de Balanço de Abertura para as pessoas jurídicas com menos de 01(um) exercício apurado.

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c.1) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

c.2) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.

c.3) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

c.4) Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.4.a) publicados em Diário Oficial ou;

c.4.b) publicados em jornal de grande circulação ou;

c.4.c) declarados à Receita Federal do Brasil, através de Escrituração Contábil Digital – ECD, ou;

c.4.d) registrados na Junta Comercial da sede da licitante.

d) **Certidão Simplificada** expedida pela Junta Comercial do Estado sede da Licitante.

8.2.4 -Qualificação Técnica, que deverá ser comprovada através de:

81



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

8.2.4.1 - Certidão de registro de regularidade de situação junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em nome da licitante, na qual conste responsável técnico (engenheiro civil), emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante.

8.2.4.1.1. Quando a licitante for registrada fora do Estado do Maranhão, caso vencedora, deverá apresentar o visto do CREA/MA, antes da assinatura do contrato.

8.2.4.2 - Comprovação técnica-operacional da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, conforme segue:

8.2.4.2.1 - Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica-operacional, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante (pessoa jurídica) executou serviço compatível com o objeto licitado.

a) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, contendo o nome, CNPJ e endereço do emitente, devendo estar assinado(s) ou rubricado(s), contendo o nome e cargo do emissor que o(s) subscreve(em).

8.2.4.3 - Comprovação técnica-profissional do responsável técnico para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, conforme segue:

8.2.4.3.1 - Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica-profissional, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome de profissional(is) de nível superior em engenharia civil legalmente habilitado(s), integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante, comprovando a sua responsabilidade técnica na execução de serviço compatível com o objeto licitado.

a) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica-profissional, deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, contendo o nome, CNPJ e endereço do emitente, devendo estar assinado(s) ou rubricado(s), contendo o nome e cargo do emissor que o(s) subscreve(em).

8.2.4.4 - É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

8.2.4.5 - Declaração de visita e recebimento de informações técnicas, emitido pela empresa licitante (Modelo no anexo VIII deste edital); ou

8.2.4.5.1. Declaração elaborada em modelo próprio da empresa licitante, informando que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços, dispensando-se neste caso, efetuar visita ao local onde os serviços serão executados, conforme disposto no item 4.3 deste edital.

8.2.5. Outras Comprovações:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal (conforme anexo V);

b) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, assegurando a inexistência de fato superveniente ou impeditivo para a sua habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93 (conforme anexo VI).

8.3. Não será admitida, em qualquer hipótese, a retirada da documentação apresentada pela licitante em sua versão original nos autos do processo.

8.4. Os documentos em que o prazo de validade não estiver estipulado expressamente, ou fixado em lei, serão tidos como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8.5. Será considerado inabilitado o licitante que deixar de apresentar, ou apresentar de forma incompleta, incompreensível, ilegível, com erro, rasura, omissão, qualquer exigência contida neste Edital.

8.6. O Envelope nº 02 deve conter a seguinte identificação:

ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES (MA)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL
Av. Canãa, nº102, Centro, São Pedro dos Crentes - MA
Tomada de Preços nº 009/2020 – CPL - Data: 23/07/2020 às 08h30 min.

E em seu interior deverá conter os seguintes documentos e elementos:

8.7 - O envelope 02 deverá ser entregue ao Presidente da CPL no momento próprio da sessão pública, devendo o envelope estar além do descrito no item 8.6 devidamente fechado e rubricado no fecho.

8.7.1. – A Proposta de Preços — Anexo II, integrante deste edital, deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira e conter o valor global para a execução do objeto desta licitação, conforme a Planilha Orçamentaria - Anexo I.

8.8 O envelope deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ e nº da Inscrição Estadual ou Municipal da proponente, telefone, fax, e endereço eletrônico, este último se houver, para contato, bem como



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

dados bancários (nome e número do Banco, agência e número da Conta Corrente para fins de pagamento);

b) Número desta Tomada de Preços;

c) Preços unitários e totais de materiais empregados na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos;

d) Preços unitários e totais da mão-de-obra empregada na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos;

e) Preço global total para a execução completa do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;

f) Planilha de Quantitativos e Preços de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo "I" (Memorial Descritivo), devidamente rubricado em todas as folhas e assinado pelo responsável técnico da licitante, não sendo permitida a alteração de quantitativos;

g) Cronograma físico-financeiro, objeto deste certame, devidamente assinado pelo responsável técnico do proponente;

h) Planilha de composição de taxa de bonificação e despesas indiretas (BDI), em modelo próprio, desde que contenha as informações pertinentes e atenda as normas vigentes;

i) Local, data, identificação e assinatura do representante legal da licitante.

8.9 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

8.10 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, trabalha em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

8.11 Fica estabelecido o mínimo em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

8.12 - A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão de abertura do envelope de Proposta e com poderes para esse fim.

8.13 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo e especificações dos serviços ofertados ou qualquer condição que importe



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Presidente.

8.14 - A formalização da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

8.15 - Caso o prazo de que trata o item 8.11, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. As licitantes deverão se apresentar junto ao Presidente da CPL por meio de um representante, portando seu documento de identidade original e devidamente munido de Carta Credencial, com firma reconhecida em cartório, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III do Edital, ou procuração que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para firmar declarações, interpor ou renunciar à interposição de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame;

9.2. As participantes deverão apresentar também ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

9.2.1. O credenciamento ora solicitado deverá ser entregue em anexo, na parte externa do "Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação" ou apresentada pelo novo representante em tempo hábil, quando for o caso.

9.3. As licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP, MEI ou COOP deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado onde está sediada e declaração que comprove sua condição de ME, EPP, MEI ou COOP, atestando ainda que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII do Edital.

9.3.1. Na hipótese do item 10.3, não serão considerados os documentos que estejam dentro de envelopes lacrados de habilitação, que não serão abertos no início da respectiva sessão.

9.3.2. A declaração da condição de microempresa e de empresa de pequeno porte de que trata o item 9.3. deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante, e deverá ser prestada com plena veracidade, sob pena de infringência ao artigo 299 do Código Penal.

9.3.3. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, no afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

9.3.4. No caso de microempreendedor individual - MEI, a declaração da condição de que trata o item 9.3 poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

9.3.5. A falta da Certidão Simplificada da Junta Comercial e da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua imperfeição **não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.**

9.4. Após o horário marcado para a abertura dos envelopes, declarado o início dos trabalhos, nenhum outro será recebido.

9.5. A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.

9.6. Na data e hora indicadas para o recebimento das propostas, a Comissão Permanente de Licitações abrirá, em primeiro lugar, o envelope nº 01, referente à documentação e habilitação preliminar; em seguida, o envelope nº 02 - Proposta de Preços. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste Edital.

9.7. O não comparecimento de qualquer participante às novas reuniões designadas não impedirá que ela se realize, não cabendo aos ausentes o direito de reclamação de qualquer natureza.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. No julgamento levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de **Menor Preço Global**, como disposto no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93.

10.1. Não serão consideradas vantagens não previstas neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais proponentes.

10.2. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o presente Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

10.4. A proposta apresentada que não se adequar aos termos deste Edital será rejeitada pela Comissão Permanente de Licitação.

10.5. Obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, fica ressalvada à Comissão Permanente de Licitação, a seu exclusivo critério e mesmo depois da apresentação das propostas, sem que caiba às concorrentes, nas hipóteses abaixo, pleitear indenização, compensação ou vantagens a qualquer título, o direito de:

- a) julgar livremente a presente licitação;
- b) propor, motivadamente, à autoridade superior, a anulação ou a revogação do certame;
- c) desclassificar as propostas que não estejam em condições de assegurar execução satisfatória do objeto licitado, não atenda às exigências deste ato convocatório e que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis (art. 48, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666/93);
- d) quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

apresentação de nova documentação ou de outras propostas que não contenham as irregularidades que geraram a inabilitação ou a desclassificação.

11. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. Em caso de empate entre duas ou mais concorrentes o desempate ocorrerá por sorteio, em ato público, realizado pela Comissão Permanente de Licitação, para o qual todos os licitantes serão convocados.

12 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1. O resultado do julgamento desta licitação será divulgado na imprensa oficial, salvo se presentes os representantes dos licitantes no ato em que for adotada a decisão pela CPL, quando poderá ser feito diretamente aos interessados e lavrado em ata.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1 - A Comissão Permanente de Licitações fará a adjudicação à licitante classificada em primeiro lugar, sendo que caberá à Autoridade Competente a decisão sobre a homologação do procedimento.

13.2 - Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será formalmente convocada a assinar o Termo do Contrato (minuta constante do Anexo "IV" deste Edital) dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias após a convocação formal, junto ao Município de São Pedro dos Crentes. Decorrido o prazo acima estipulado, se a adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento contratual, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato.

13.3 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

13.4 O Município de São Pedro dos Crentes poderá, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/63 e suas posteriores alterações.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

14.1 - O contrato terá vigência de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato (anexo IV deste edital).

14.2 - Os prazos de execução estão vinculados, exclusivamente, ao cronograma físico-financeiro. O prazo para início das obras será de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços emitida pela Prefeitura de São Pedro dos Crentes – MA.

14.3 - O contrato deverá ser executado pelo licitante contratado com observância deste edital, da proposta vencedora, do contrato e em especial, do projeto básico.

14.4 - O licitante vencedor tem a obrigação de, independentemente de previsão editalícia ou contratual, obedecer a todas as normas vigentes quanto a execução do objeto ora licitado, independentemente de notificação por parte do Município ou qualquer outro agente público.

15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

15.1. A Administração designará servidor qualificado que atuará como fiscal do contrato, ficando o licitante vencedor obrigado a fornecer-lhe todas as informações e documentos requisitados quando relacionados ao cumprimento do contrato e à sua fiscalização, sendo-lhe permitido livre acesso ao canteiro de obras e às instalações do licitante contratado quando agindo em prol da fiscalização contratual.

15.2. O licitante vencedor deverá manter preposto durante toda a execução do contrato, com poderes suficientes para representar a empresa perante o fiscal do contrato e a Administração.

15.3. O licitante contratado deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ação da fiscalização, permitindo amplo acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente às solicitações que lhe forem dirigidas.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

16.1 - A Prefeitura de São Pedro dos Crentes - MA, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato (anexo IV deste edital).

16.2 - O preço contratado será fixo e irreajustável, ressalvado quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas, após a data da assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicar à revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.3- Nenhum pagamento será efetuado ao contratado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

16.4- Para efetivação dos pagamentos respectivos, deverão ser apresentados juntamente com as Faturas e Notas Fiscais as Certidões Negativas de débito CND da Receita Federal, FGTS e DÉBITOS TRABALHISTAS devidamente atualizadas.

16.5- O não cumprimento do subitem anterior implicará na suspensão do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões negativas, não podendo ser considerado atraso de pagamento.

17. DA IMPUGNAÇÃO

17.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de propostas, devendo a Administração julgar e responder à



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

17.4. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: cplpmspc@hotmail.com, por petição dirigida ou protocolada no endereço: Avenida Canaã nº 102 – Centro – São Pedro dos Crentes – MA, CEP: 65978-000, Comissão Permanente de Licitação.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

18.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

18.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

18.4. Os recursos deverão ser encaminhados para Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes, situada na Avenida Canaã nº 102 – Centro – São Pedro dos Crentes – MA, CEP: 65978-000.

18.5. O recurso será dirigido à Autoridade competente, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

18.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19. DOS ENCARGOS LEGAIS

19.1. Os encargos legais vigentes ou futuros, decorrentes da legislação social ou fiscal, bem como os originários da relação empregatícia entre a empresa a ser contratada e o pessoal por ela empregado na execução do objeto da presente licitação (trabalhista, previdenciária e securitária), ficarão inteiramente sob a responsabilidade da proponente vencedora, não mantendo a Administração qualquer vínculo com os empregados da mesma.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA, classificada conforme abaixo especificado:

FONTE DE RECURSO: CONVÊNIO Nº 886911/2019-SICONV

06 - SEC. E INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

26.782.0710.1015.0000 Construção e Melhorias de pontes e estradas

4.4.90.51.00 Obras e Instalações- Valor Estimativo R\$ 400.867,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 - A contratada, responsabilizar-se-á:

- a. A aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato:
 - a.1) As supressões que excedam esse limite serão objeto de acordo celebrado entre as partes contratantes, na forma disposta no parágrafo 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;
- b. Manter durante toda a execução do contrato, as informações sobre os endereços e telefones para contato, devidamente atualizada;
- c. Dar ciência imediata, que deverá cumprir as posturas do Município, e as disposições legais estaduais e federais inerentes;
- d. Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e. Prestar os esclarecimentos, que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus produtos.
- f. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidirem ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais vencidos, bem como pelo custo de frete na entrega, e demais custos inerentes ou fornecimento dos produtos
- g. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte a execução dos serviços;
- i. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer irregularidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.
- j. A Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.
- k. Promover, através de profissional habilitado e durante o período que se fizer necessário, o treinamento e orientação dos responsáveis pela utilização e manutenção do objeto do presente contrato, em local a ser designado pela Administração.

21.2 - A contratada, responsabilizar-se-á ainda:

- 21.2.1 - Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

jm



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

21.3 - Caberá ao CONTRATANTE:

- a. Designar profissionais, para, na qualidade de fiscal, acompanhar, o fornecimento/execução do serviço objeto do contrato;
- b. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- c. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;
- d. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada

22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no. 8.666/93.

23. MULTA

23.1 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor do objeto, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

23.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

23.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) executar objeto em desacordo com o presente Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

23.4. Para efeito de cálculo da multa, considera-se como valor contratual o total do Contrato.

24. ADVERTÊNCIA

24.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de São Pedro dos Crentes - MA, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

- b) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

25. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

25.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de São Pedro dos Crente - MA pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

26. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26.1 A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de São Pedro dos Crentes - MA, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

26.2 A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 05 (cinco) anos.

26.3 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratada nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de São Pedro dos Crentes - MA, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio, em caso de reincidência;
- e) apresentarem à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

84



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

26.4. Independentemente das sanções a que se referem este capítulo, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo a Administração propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

26.5. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

26.6. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

26.8. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Fica assegurado à Comissão Permanente de Licitações o direito de no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, adiar a data de abertura das propostas da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados através de *e-mail* ou outro meio adequado, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data inicialmente marcada, como também o de alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que fixe novo prazo para apresentação das propostas, ou ainda revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e/ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, a qualquer tempo.

27.2. Nos termos do art. 48 e sem prejuízo do estabelecido no art. 109, ambos da Lei nº 8.666/93, o descumprimento de qualquer das disposições contidas nos itens deste Edital e seus Anexos, poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação, respectivamente.

27.3. As decisões da Comissão Permanente de Licitações, bem como os demais atos de interesse dos licitantes serão publicados no Diário Oficial do Estado, caso não possam ser feitas diretamente aos seus representantes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

27.4. Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que estiver suspenso o feito.

27.5. O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Administração Municipal ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e seus sucessores.

27.6. A Comissão poderá promover diligências de acordo com as disposições da legislação pertinente para dirimir dúvidas e esclarecer aspectos que possam representar condicionantes a perfeita análise das propostas. Enquadram-se nesta estratégia, inclusive, a eventual solicitação dos originais dos documentos, principalmente referentes a Regularidade Fiscal, os quais na medida das possibilidades dos Licitantes, deverão estar disponíveis para serem apresentados se solicitados, na sessão de abertura da documentação de habilitação.

27.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.8 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

27.9 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

27.13 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

27.14 O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, em <http://www.saopedrodoscrentes.ma.gov.br>, bem como no endereço: Avenida Canaã nº 102 – Centro – São Pedro dos Crentes – MA, CEP: 65978-000, aonde poderá ser lido de segunda-feira a

jm



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

27.15. Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas, Estado do Maranhão, para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste edital, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, em 15 de junho de 2020.

Semaías da Silva Moraes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS 009/2020 - CPL

ANEXO I

PROJETO BÁSICO
(MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA)

[Handwritten signature]



MEMORIAL DESCRITIVO

1. APRESENTAÇÃO

Este memorial descritivo visa a descrever e fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar o melhoramento de obras de infraestrutura básica, no presente caso, recuperação de estrutura viária, com o melhoramento de estradas vicinais e construção de bueiros, conforme abaixo descrito, localizados no município de São Pedro dos Crentes/MA, a serem executadas em conformidade com a metodologia e especificações anexas e em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes.

Com a execução dessas obras, vislumbra-se restabelecer a trafegabilidade da malha viária da zona rural, melhorar as condições sociais da população que habita nestes trechos.

As obras e serviços, objeto deste projeto básico, serão executadas mediante contratação direta de empresas através de procedimento licitatório, visando otimizar e agilizar a utilização dos recursos disponibilizados.

2. JUSTIFICATIVA

O sistema viário da zona rural do município de São Pedro dos Crentes é composto basicamente por estradas vicinais estreitas e precárias. O trecho que liga a Loc. Matina ao povoado 17 de Abril perfaz aproximadamente um total de 16.130 m, onde residem cerca de quinhentas famílias que atualmente se encontram isoladas, uma vez que os trechos de estradas existentes não permitem a livre circulação, encontrando-se em estado crítico, exigindo atenção da Prefeitura no sentido de sua recuperação urgente como forma de manter a população local, composta de ribeirinhos, posseiros e assentados interligada com a sede do município e com os municípios vizinhos. A região possui uma atividade agropecuária muito dinâmica, sendo grande produtora de arroz, feijão, milho e mandioca, além de ser centro de grandes propriedades rurais produtoras de gado. A execução dessas obras encontra justificativa consistente na necessidade premente de ser restabelecida a trafegabilidade, com o melhoramento, e/ou, complemento da infraestrutura da malha viária rural nos requisitos básicos de constitucionalidade com o restabelecimento do direito de ir e vir do cidadão, tornando as estradas melhor estruturadas e organizadas, proporcionando às famílias de agricultores e a população de um modo geral, os benefícios socioeconômicos mínimos necessários à fixação do homem no campo. As áreas localizadas no interior do estado, carentes de infraestrutura e assistência técnica e social tem motivado o êxodo rural para os grandes centros urbanos. Um dos problemas mais graves das áreas diz respeito à insuficiência das malhas viárias, que permitam o acesso, o transporte escolar e o escoamento da produção, em todas as épocas do ano, à população rural. Os Projetos possuem parte da malha viária implantada, porém, além de terem sido completamente danificados, apresentam trechos críticos, onde os serviços de melhoramento - limpeza, alargamento, revestimento e implantação de obras de arte, são necessários para permitir às comunidades ocupantes das áreas, um tráfego eficiente, de modo que as mesmas se integrem às malhas municipais, estaduais e federais existentes, com isso contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões. A importância das referidas



estradas acentua-se ainda mais quando se verifica a quantidade de famílias beneficiadas diretamente (quinhentas famílias), distribuídas entre os vários povoados que margeiam a estrada. A execução destas obras tem o objetivo de se fazer minimizar a administração das políticas públicas, fazendo com que o homem do campo seja assistido, para assim dotar na sua jurisdição federativa padrões mais humanos de vida, principalmente nos campos da saúde, educação, transporte e água potável, ao mesmo instante que se entende que a realização da proposição deste projeto básico irá servir de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que ali residem. Portanto, esse trecho de estrada, se constitui em fundamental via de acesso dos povoados para a sede do município. O estado atual destas vicinais prejudica uma enorme população de São Pedro dos Crentes em todos os sentidos, quase impossibilitando o escoamento de povoados importantes, abastecimento dos comércios locais, transporte escolar, casos de emergência.

3. LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS

As presentes obras encontram-se localizadas dentro do município de São Pedro dos Crentes -MA, conforme plantas de situação anexadas.

4. DIAGNÓSTICO

De forma geral, a infraestrutura da malha viária municipal consolidada, caracteriza-se como estradas essencialmente rurais, em um padrão de qualidade no máximo possível, dentro das especificações deste projeto, com revestimento em cascalho, implantadas sempre a uma cota superior às habitações da faixa de domínio, sempre que possível no nível do terreno (nas áreas de cota elevada) natural, dentro dos padrões de obras desta natureza.

As estradas dos trechos em epígrafe, constituem os principais eixos de acessibilidade entre os povoados citados.

As moradias são compostas basicamente das habitações rurais construídas e/ou erguidas pela própria população, sua maioria de Barro (Taipa) e com outras, em minoria, construídas em alvenaria de tijolos com cobertura de telha cerâmica.

Nestas localidades, dependendo da Região onde se localizam, predominam a agricultura de subsistência, mandioca, milho, arroz e feijão, ou a criação de bovinos e pequenos animais como aves, caprinos e suínos.

5. SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

As estradas vicinais a que nos propomos executar, caracterizam-se como estradas essencialmente rurais, em um padrão de qualidade estabelecido dentro dos padrões executivos especificados para obras desta natureza.



As estradas possibilitarão o acesso às Agrovilas e a parte das parcelas, facilitando o transporte da população e da produção para o comércio circunvizinho. É necessário, portanto, nessa fase em que o acesso é um fator caracterizado como de muita importância, que as estradas sejam melhoradas e/ou implantadas com a readequação os caminhos existentes, de modo a possibilitar o tráfego ao longo de todo ano.

Com a infraestrutura implantada, o trabalhador rural terá perspectivas de obter melhores condições de vida, proporcionado pelo progresso da área rural.

Nessas condições se tem buscado a harmonização das estradas com as áreas de produção agropecuária, através de práticas adequadas de controle do escoamento superficial de águas pluviais. A largura da plataforma é de 6,00 metros, e a pista de rolamento (5,00m) deverá ser totalmente revestida com material de jazida em toda sua largura e extensão, com espessura mínima de 10,00 cm, ou, se for o caso, com volume equivalente apenas em pontos críticos.

Na execução das estradas a principal preocupação é com a proteção contra "enxurradas", que em um período praticamente curto de tempo faz com que a estrada "encaixote", num processo de difícil e caro trabalho de recuperação. Para diminuir a ação desse processo, necessário se faz, que as estradas propostas, sejam contempladas com práticas conservacionistas de longa duração, com a construção de bueiros, de saídas laterais (bigodes), caixas de retenção, lombadas, visando a adequada drenagem das águas pluviais.

Numa primeira fase, portanto, o trabalho consistirá em limpeza com alargamento do leito estradal, remoção da camada vegetal e/ou destocamento, onde for o caso, em cerca de 20,00 cm de espessura e 10 metros de largura; conformação mecânica em uma plataforma de 6,00 m com abaulamento do leito em 3,00 % a partir do centro, revestimento primário e compactação em toda a pista de rolamento (5,00 m) e construção de obras de arte correntes, na quantidade mínima necessária.

As obras de arte correntes previstas são bueiros tubulares de concreto, assentados sobre berço de pedra argamassada, e com bocas em concreto ciclópico; As obras de arte especiais, pontes, conforme descrito na planilha orçamentária, serão em madeira-de-lei com estacas cravadas.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

Para execução de todas as obras, objeto deste projeto básico, considerando que as mesmas serão executadas concomitantemente, estima-se a necessidade de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços.

7. CUSTOS DAS OBRAS

Vide Orçamento: Valor Total Estimado das Obras é de R\$ 400.867,00. (Quatrocentos mil oitocentos e sessenta e sete reais)

8. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

A escolha pela recuperação das estradas, foi motivada pela necessidade premente e relevante para o restabelecimento da trafegabilidade da malha viária rural, tendo por objetivo atender



solicitações das comunidades que se encontram com dificuldade de deslocamento, resgatando desta forma uma dívida social compromissada com as mesmas.

Os trabalhos serão basicamente efetuados por equipamentos de terraplenagem, como motoniveladora para regularização do leito e espalhamento de material, pá-carregadeira para carga dos caminhões de transporte do material de jazida a ser utilizado no revestimento primário da estrada vicinal e rolo compactador (pé de carneiro).

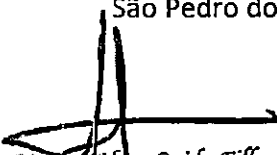
Esclarecemos que o traçado dos eixos estradais e quantitativos de serviços previstos neste projeto básico poderão ser ajustados, quando da elaboração, se for o caso, dos respectivos projetos executivos, que serão previamente analisados e aprovados pela Prefeitura Municipal, desde que seja acordado, formalmente, entre as lideranças das comunidades beneficiadas (presidentes de associações ou direção das coordenações), representante da empresa executora da obra, evitando, na medida do possível a supressão e/ou acréscimo de serviços e em caso extremo, caso venha a ocorrer, este deverá sempre ser conciliado dentro das mesmas metas físicas previstas, sempre mantendo os preços unitários contratados, sem contudo alterar o objeto, que é a implantação ou recuperação de estradas vicinais e construção ou recuperação de pontes, de modo a melhor atender às necessidades do projeto.

Os serviços serão executados em observância às peças técnicas anexas a este projeto, no que couber.

9. PRÉ CONDIÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi elaborado em conformidade com as normas da ABNT.

São Pedro dos Crentes - MA, 18 de dezembro de 2019.



Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111583835-0

Responsável Técnico – Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil – CREA/MA: 111583835-0



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MINICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES /MA.

As especificações e metodologias aqui contidas visam fornecer subsídios capazes de garantir uma execução técnica e economicamente viável para a obra de recuperação de estradas vicinais estreitas e precárias. O trecho específico perfaz um total de 16,130 km.

1. TERRAPLENAGEM:

1.1 Desmatamento, destocamento e limpeza:

- Os serviços de desmatamento, destocamento e limpeza objetivam remover as obstruções existentes, tais como árvores, arbustos, tocos, raízes, vegetação rasteira e todo e qualquer material indesejável, das áreas destinadas à implantação do corpo estradal.
- As árvores e arbustos que não interferirem na construção e que tiverem especial valor por razões históricas, cênicas ou por outro motivo relevante deverão ser preservados.
- O material resultante do desmatamento e destocamento será removido para as laterais da faixa desmatada, conforme a orientação da fiscalização, podendo a madeira-de-lei proveniente da derrubada de árvores ser utilizada na construção de pontes, escoramentos e estaqueamentos, por proposta da fiscalização.
- A operação da limpeza tem por objetivo o corte da camada superficial do terreno, numa profundidade entre 0,10m a 0,20m, para o expurgo da camada vegetal existente, visando, posteriormente, a colocação de material selecionado de maior capacidade de suporte.
- O controle dos serviços será feito pela fiscalização mediante apreciação visual de sua qualidade.

1.2 Cortes:

- As operações de corte consistem na escavação, carga e transporte do material que constitui o terreno natural, até ser atingida a linha do greide projetado e/ou a rampa máxima admissível. E suas execuções sempre serão precedidas dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza.
- O desenvolvimento da escavação processar-se-á mediante a previsão de utilização do material extraído ou de sua rejeição.



- O material inservível à execução de aterros ou de reforço do sub-leito deverá ser removido para o bota-fora a ser indicado pela fiscalização.
- Sempre que o material extraído dos cortes for viável, técnica e economicamente, à execução do revestimento primário, deverá ser feito um depósito do referido material para posterior utilização.
- Os taludes de cortes, para materiais suficientemente estáveis, deverão apresentar a inclinação de 3(V):2(H), podendo variar em função das condições de estabilidade do solo.

1.3 Aterros:

- Os serviços de execução de aterros consistem na deposição, espalhamento e compactação de material adequado sobre o terreno natural, até ser atingida a linha do greide projetado.
- O material destinado à construção de aterros deverá estar isento de quantidade prejudicial de matéria orgânica, tais como folhas, capim e raízes.
- Os aterros só deverão ser iniciados após a conclusão de todas as obras de arte correntes que interceptarem o corpo estradal. No caso das obras de arte especiais, se estas forem construídas antes dos aterros, todas as medidas de precaução deverão ser tomadas a fim de que o método construtivo empregado para a construção dos aterros de acesso não origine movimentos ou tensões indevidas nestas obras de arte.
- Quando necessário a construção de aterros em terrenos saturados deverá previamente ser executado à drenagem da área. A secagem pode ser efetuada por meio de valetas de interceptação, ou construção de linhas de bueiros, ou de passagem molhada, da forma mais econômica.
- O lançamento do material para a construção dos aterros deverá ser feito em camadas sucessivas, com espessura máxima de 0,30 m, podendo esta ser reduzida a critério da fiscalização, quando se tratar de solos argilosos com pouco ou nenhum material granular.
- O material deverá ser descarregado em montes ou em leiras no leito do corpo estradal e espalhado por motoniveladora ou equipamento similar, para obtenção da necessária uniformidade de distribuição e de espessura da camada, atentando-se para o



abaulamento transversal mínimo que deverá ser dado à pista, a fim de propiciar a sua drenagem.

- Quando necessário umedecer o material para compactação, o umidecimento será feito por caminhão tanque munido de espargedor. Se, ao contrário, a umidade for excessiva, a evaporação poderá ser agilizada pela utilização de motoniveladora ou grade de disco puxada por um trator agrícola. O controle do teor de umidade do solo será visual.
- A compactação deverá ser executada das bordas da estrada para o seu centro, passando-se o rolo, no mínimo, 04 (quatro) vezes por faixa.
- Os aterros próximos aos encontros de pontes, o enchimento de cavas de fundações e de trincheiras de bueiros, bem como todas as áreas de difícil acesso ao equipamento usual de compactação, serão compactados mediante o uso de equipamento adequado, como soquetes manuais e sapos mecânicos. A execução será em camadas, nas mesmas condições exigidas para o corpo dos aterros.
- Em regiões onde houver predominância de areia, os aterros poderão ser executados com o emprego deste material, o qual deverá ser confinado mediante a adição e compactação de material argiloso, em camadas subsequentes ao aterro em areia.
- Os taludes de aterros apresentarão a inclinação de 2(V):3(H).
- No caso de aterros superiores a 0,80 m de altura, recomenda-se o alargamento de 0,50 m de ambos os lados da plataforma.

1.4 Empréstimos e bota-dentro:

- Os empréstimos destinam-se à obtenção ou complementação dos volumes necessários à execução dos aterros, bem como do revestimento primário, e terão seu aproveitamento dependente da ocorrência de materiais adequados e respectiva exploração em condições econômicas.
- Sempre que possível, os empréstimos deverão ser executados junto ao corpo estradal, resultando prioritariamente em alargamento dos cortes.
- Os empréstimos em alargamento de cortes deverão, preferencialmente, atingir a cota do greide. Nos trechos em curva, sempre que possível, situar-se-ão do lado interno desta, e a linha de fundo do empréstimo deverá promover a drenagem adequada, impedindo a condução de águas pluviais para a plataforma.



- Os empréstimos não decorrentes de alargamento de cortes, deverão situar-se de modo a não interferir no aspecto paisagístico da região. As escavações serão precedidas dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza da área.
- Quando os empréstimos forem destinados à construção de trechos em greide elevado, utilizar-se-á, preferencialmente, o bota-dentro por ser de baixo custo construtivo.
- As caixas do bota-dentro serão perpendiculares ao eixo da estrada, devendo ser deixada entre elas, como testemunha, uma faixa de largura não inferior a 1,00 m. A largura das caixas deverá ser, no máximo, duas vezes a da lâmina do equipamento que estiver em operação.
- O bota-dentro não deverá ser empregado para o levantamento de greide acima de 50 cm e em plataforma com mais de 6,00 m de largura.
- O bordo interno da caixa de empréstimo, quando aberta ao lado de trechos em greide elevado, deverá localizar-se à distância mínima de 5,00 m do pé do aterro.
- Entre o bordo externo da caixa de empréstimo e o limite da faixa de domínio, deverá ser mantida sem exploração uma faixa de 1,00 m de largura, a fim de permitir a implantação da vedação delimitadora. No caso de caixa de empréstimo resultante de alargamento de corte, esta faixa deverá ter largura mínima de 3,00 m, com a finalidade de permitir também a implantação da valeta de proteção.
- O acabamento dos bordos das caixas de empréstimos deverá ser executado sob taludes estáveis.
- Por uma questão de estética, o alargamento de cortes e os empréstimos laterais deverão ser feitos uniformemente em longos trechos, ao invés de serem intermitentes ou com dimensões variáveis.

1.5 Regularização da plataforma (conformação mecânica):

- O serviço de regularização mecânica da plataforma, também conhecido como conformação mecânica, visa proporcionar a conformação das seções transversais, na taxa de abaulamento mínima de 03% (três por cento) e máxima de 05% (cinco por cento). Este serviço deverá ser desenvolvido por meio de motoniveladora, com lâmina inclinada no sentido de dar ao leito a conformação desejada e complementado com a operação de compactação.
- Para tornar superfície do corpo estradal homogênea, suave e regularizada, deverá ser procedido a escarificação de toda a camada da plataforma.



1.6 Revestimento Primário:

- Revestimento primário é a camada constituída da mistura de solos de partículas granulares naturais ou artificiais resistentes, formadora da capa da pista de rolamento.
- As jazidas de material de revestimento primário somente serão utilizada após ser realizado o estudo de economicidade das mesmas e aprovadas pela Fiscalização
- A execução da camada de revestimento primário, somente deverá ser iniciada após a conclusão dos serviços de regularização da plataforma.
- O lançamento do material do revestimento deverá ser processado em montes sucessivos, no interior da faixa definida topograficamente, para ser a pista de rolamento. E o seu espalhamento deverá ser desenvolvido com a utilização de motoniveladora ou equipamento similar, para obtenção da necessária uniformidade da espessura da camada, atentando-se para manutenção do abaulamento da plataforma, o qual não poderá ser inferior a 03% (três por cento).
- Concluído os serviços de espalhamento, o material do revestimento será devidamente compactado.
- A compactação será sempre iniciada pelos bordos com a previsão de que, nas primeiras passadas, o rolo seja apoiada metade no acostamento e metade na camada do revestimento.

2. DRENAGEM:

2.1 Drenagem superficial (valeteamento):

- Com o objetivo de proteger o corpo das estradas das infiltrações e preservar as suas vidas úteis, deverão ser executados serviços de drenagem superficial, de forma a não permitir a permanência de águas no leito das plataformas.
- Nas laterais das plataformas dos trechos em cortes deverão ser construídas valetas (bigodes), com o propósito de drenar as águas provenientes dos taludes e das próprias plataformas.
- As valetas laterais deverão ser construídas ao longo da estrada com uma esconsidade capaz de absorver as massas líquidas da plataforma, e as conduzir para o exterior da área da estrada, através das saídas laterais (bigodes).



- A taxa de inclinação das valetas deverá ser definida levando em consideração a declividade do terreno e tipo de solo, de modo a evitar o carreamento do solo e a formação de bacia de águas estagnadas.
- Excepcionalmente, poderão ser construídas valetas de proteção nas saias dos aterros, quando estes forem executados em vale fechados ou em boqueirões.

2.2 Obras de arte correntes (bueiros):

- Os bueiros deverão ter, em geral, a linha de escoamento coincidente, na medida do possível, tanto vertical como horizontalmente, com o gradiente, com a elevação e direção dos canais de entrada e saída.
- A declividade do bueiro deverá ser compatível com a do canal de entrada, de modo a evitar:
 - a) A redução de sua capacidade de escoamento ao longo do tempo, pela ocorrência de sedimentação tanto no canal como no interior do bueiro.
 - b) A erosão destrutiva no canal de saída ou sedimentação e obstrução no canal e no bueiro.
- A declividade máxima do bueiro tubular somente poderá atingir 15 %, desde que seja ancorado para evitar seu escorregamento.
- O muro de testa, as alas e outros elementos da boca do bueiro deverão preencher as seguintes funções:
 - a) manter dividido o terreno natural e os taludes dos aterros próximos à boca do bueiro;
 - b) impedir que a água solape a obra, passe por fora dela ou se infiltre no corpo da estrada;
 - c) Os bueiros tubulares que conduzem cursos d'água de pequena ou baixa velocidade, submersas, ou descarregando sobre rochas, calhas ou outro material estável podem prescindir de muro de testa, desde que o tubo seja prolongado além do talude do aterro, o suficiente para evitar solapamento ou erosão no talude. Quando a extremidade do bueiro se assentar em material de aterro, a construção da boca pode ser indesejável porque o recalque do aterro poderá deixar a boca do bueiro sem outro suporte.
 - d) Na construção de bueiros de tubo de concreto armado deverá ser observado o seguinte:
- o rejuntamento deverá ser feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, cujo consumo de cimento será de 350 kg/m³;



- o concreto armado deverá ter TR 28 de 300 kg/cm², com um consumo efetivo de 400 kg/m³;
- as cabeças do bueiro, quando necessárias, deverão ser executadas em concreto ciclópico com 30% de pedra de mão e 70% em concreto TR 28 de 175 kg/cm², com um consumo de cimento de 175 kg/m³ e efetivo de 350 kg/m³;
- quando as condições do terreno exigirem, os bueiros deverão ser assentados sobre berços construídos de pedra de mão, sendo necessário a uniformização da parte superior para evitar, por ocasião de lançamento dos aterros, que sejam deslocados e tenham seu rejuntamento prejudicado.

3. EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS:

Durante a realização dos objetivos desta Especificação recomenda-se a utilização dos seguintes equipamentos:

- **Exploração do terreno e locação da obra**
 - Teodolito
 - Instrumento de Georreferenciamento (GPS)
 - Moto-serra
 - Trena de aço
 - Balizas
 - Miras
 - Ferramentas manuais
- **Desmatamento, destocamento e limpeza**
 - Trator de esteira com lâmina e escarificador
 - Moto-serra
 - Caminhão de lubrificação
 - Ferramentas manuais
- **Nivelamento e estaqueamento dos eixos**
 - Nível topográfico
 - Miras
 - Trena de aço
 - Ferramentas manuais
- **Serviços de terraplenagem**
 - Trator de esteira com lâmina
 - Carregador frontal
 - Motoniveladora



- Caminhão basculante
- Caminhão de lubrificação
- Caminhão irrigador
- Trator de pneus
- Grade de disco
- Rolo compactador vibratório pé-de-carneiro
- Rolo compactador liso
- Compactador de ar comprimido
- Ferramentas manuais


- **Obras de arte correntes e especiais**

- Trator de esteira com lâmina ou carregador frontal
- Retro-escavadeira
- Caminhão comercial com guindaste
- Compactador de ar comprimido
- Bate-estacas
- Betoneiras
- Vibrador
- Ferramentas manuais
- Grupo gerador

- **Revestimento primário**

- Trator de esteira com lâmina
- Carregador frontal
- Caminhões basculantes
- Caminhão irrigador
- Caminhão de lubrificação
- Motoniveladora
- Trator agrícola
- Grade de disco
- Rolo compactador vibratório pé-de-carneiro
- Rolo compactador liso
- Equipamentos manuais

São Pedro dos Crentes - MA, 18 de dezembro de 2019.



Engenheiro Civil

Responsável Técnico - Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil - CREA/MA: 111583835-0

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROponente : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - PA 17 DE ABRIL

Mês de Referência: SINAPI - JANEIRO/2017

BDI: 25,00%

ENCARGOS SOCIAIS: 87,61%



ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	SINAPI	Preço Unitário sem BDI	PREÇO TOTAL
1.0	SERVIÇOS INICIAIS					1.556,04
1.1	Placa indicativa da obra	m²	6,00	74209/001	259,34	1.556,04
2.0	TERRAPLENAGEM					103.929,14
2.1	Escavação, carga e transporte de material para aterros DMT 50m	m³	51.196,62	2 S 01 100 01	0,75	38.397,47
2.2	Compactação de aterros a 95% proctor normal	m³	51.196,62	41721	1,28	65.531,67
3.0	SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO					174.110,22
3.1	Limpeza superficial da área de jazida	m³	8.065,00	73903/001	0,38	3.064,70
3.2	Escavação e carga de material de jazida - cascalho	m³	22.259,40	74151/001	3,22	71.675,27
3.3	Transporte local c/basc. 6m3 em rodov. não pav.	txkm	200.334,60	72839	0,26	51.735,13
3.4	Espalhamento de material de jazida ou de empréstimo	m³	22.259,40	74034/001	2,14	47.635,12
4.0	CONSTRUÇÃO DE BUEIROS					41.098,20
4.1	Corpo BSTC D=1m	m	36,00	DNIT - 2 S 04 100 03	592,92	21.345,12
4.2	Boca BSTC D=1m normal	unid	12,00	73856/004	1.646,09	19.753,08
TOTAL PARCIAL						320.693,60
BDI(25%)						80.173,40
TOTAL GERAL						400.867,00

Importa o seguinte orçamento em : R\$ 400.867,00
quatrocentos mil, oitocentos e sessenta e sete reais


Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA-MA 111583835-0

41

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES



OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - PA 17 DE ABRIL

MEMÓRIA DE CÁLCULO

TRECHOS DA OBRA

MA-138 ao PA 17 de Abril = 16.130,00 m

Extensão Total: = 16.130,00 m

DADOS:

Extensão Total(m)	=	16130,00 m
Larg Média(m)	=	6,00 m
Sub-base(m)	=	0,17 m
Base(m)	=	0,10 m
DMT mat. Jazida-aterro	=	6,00 km
Dmt mat. Jazida-cascalho	=	6,00 km
Empolamento	=	1,15
Peso Específico laterita	=	1,50 t/m³

1.0 SERVIÇOS INICIAIS

1.1 Placa Indicativa

3,00 x 2,00 = 6,00 m²

2.0 TERRAPLENAGEM

2.1 Escavação, carga e transporte de material para aterros DMT 50m

Extensão(m)	Larg. Média	Base(m)	Empolamento
16130,00	6,00	0,46	1,15
Escavação e carga(m³) = 51196,62 m³			

2.2 Compactação de aterros a 95% proctor normal

Escavação e carga(m³)	Peso Específico laterita	DMT mat. jazida - cascalho
		= 51196,62 m³

3.0 SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO

3.1 Limpeza superficial da área de jazida

16130,00 x 0,50 = 8065,00 m²

3.2 Escavação e carga de material de jazida - cascalho

Extensão(m)	Larg. Média	Base(m)	Empolamento
16130,00	6,00	0,20	1,15
Escavação e carga(m³) = 22259,40 m³			

3.3 Transporte local c/basc. 6m³ em rodov. não pav

Escavação e carga(m³)	Peso Específico laterita	DMT mat. jazida - cascalho
22259,40	1,50	6,00 = 200334,60 t.km

3.4 Espalhamento de material de jazida ou de empréstimo

Extensão Total(m)	Larg. Média(m)	Base(m)	Empolamento
-------------------	----------------	---------	-------------

42

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - PA 17 DE ABRIL



MEMÓRIA DE CÁLCULO

$$16130,00 \times 6,00 \times 0,20 \times 1,15 = 22259,40 \text{ m}^3$$

Espalhamento(m³)

4.0 SERVIÇOS DE DRENAGEM

4.1 Corpo BSTC D=1,00m

comprimento(m) = 6,00 m

quantidade de bueiros = 6,00 unidades

Corpo de bueiro(m) = 36,00 m

4.2 Boca BSTC D=1,00m normal

nº de bueiros = 6,00 unidades

quantidade de bocas por boeiro = 2,00 unidades

quantidade de bocas = 12,00 unidades


Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111583835-0

PROponente : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
 OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - PA 17 DE ABRIL



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALORES	PERÍODO (dias úteis)				TOTAIS
			30	60	90	120	
1	SERVIÇOS INICIAIS	1.945,05	100				
			1.945,05				1.945,05
2	TERRAPLENAGEM	129.911,43	60	40			
			77.946,86	51.964,57			129.911,43
3	SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO	217.637,78	10	40	30	20	
			21.763,78	87.055,11	65.291,33	43.527,56	217.637,78
4	CONSTRUÇÃO DE BUEIROS	51.372,75		50	50		
			-	25.686,38	25.686,39	-	51.372,77
	TOTAL NO PERÍODO (R\$)		101.655,69	164.706,06	90.977,72	43.527,56	400.867,00
	TOTAL ACUMULADO (R\$)	400.867,00	101.655,69	266.361,75	357.339,47	400.867,02	
	PERCENTUAL NO PERÍODO (%)		25,36	41,09	22,70	10,86	
	PERCENTUAL ACUMULADO (%)		25,36	66,45	89,14	100,00	


 Manoel Neres Guida Filho
 Engenheiro Civil
 CREA-MA: 111583835-0

87

COMPOSIÇÃO DE BDI

PROPONENTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - PA 17 DE ABRIL



DESCRIÇÃO	VARIÁVEIS	Taxas Adotadas - %
Administração Central	AC	3,00%
Seguro e Garantia	S+G	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,59%
Lucro/remuneração	L	5,98%
Tributos (soma dos itens abaixo)	I	10,65%
COFINS		3,00%
PIS		0,65%
ISS (**)		2,50%
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (***)		4,50%
TOTAL SEM CPRB		19,01%
TOTAL COM CPRB		25,00%

Onde:

AC: taxa de administração central
S: taxa de seguros
R: taxa de riscos
G: taxa de garantias *
DF: taxa de despesas financeiras
L: taxa de lucro/remuneração
I: taxa de impostos (PIS, COFINS e ISS)

(*) - Pode haver garantia desde que previsto no Edital da Licitação e no Contrato de Execução.

(**) - A taxa de ISS mínima foi considerada que o custo da mão-de obra corresponde a 40% do valor dos serviços.

(***) - Em atendimento a Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011


Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111583835-0

PROPONENTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS
CRENTES

OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - PA 17 DE ABRIL



ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA			COM DESONERAÇÃO HORISTA %
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
GRUPO A			
A1	INSS		0,00%
A2	SESI		1,50%
A3	SENAI		1,00%
A4	INCRA		0,20%
A5	SEBRAE		0,60%
A6	Salário Educação		2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho		3,00%
A8	FGTS		8,00%
A9	SECONCI		0,00%
A	Total		16,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado		17,91%
B2	Feriados		3,96%
B3	Auxílio - Enfermidade		0,91%
B4	13º Salário		10,90%
B5	Licença Paternidade		0,08%
B6	Faltas Justificadas		0,73%
B7	Dias de Chuvas		1,63%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho		0,12%
B9	Férias Gozadas		9,74%
B10	Salário Maternidade		0,03%
B	Total		46,01%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado		6,37%
C2	Aviso Prévio Trabalhado		0,15%
C3	Férias Indenizadas		4,29%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		5,19%
C5	Indenização Adicional		0,54%
C	Total		16,54%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B		7,73%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		0,53%
D	Total		8,26%
TOTAL (A+B+C+D)			87,61%

Mário Alves Guida Filho
Responsável Técnico
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111583835-0



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS ESTRADAS VICINAIS

	Padrão Alimentadora	Padrão Penetração
Faixa de Desmatamento	Variável	
Plataforma	6,00 m	
Revestimento Primário (Encascalhamento)	6,00 m (Espessura mínima de 10,00 cm em toda extensão e largura)	

Rampa máxima: sem limite - pico de 18 a 20%

Raio mínimo: sem limite

Movimento de terra:

- $\leq 1.000 \text{ m}^3/\text{km}$
- Pequenos cortes
- Greides elevados (bota dentro)
- Aterros para encabeçamento de pontes e bueiros

Drenagem superficial:

- Abaulamento transversal mínimo (3 %)
- Descidas laterais (bigodes) nos aclives/declives e envaletamento lateral ao longo da estrada.

Obras de arte correntes:

- Bueiros tubulares de concreto
- Diâmetro mínimo = 1,00 m
- Bocas e berço em concreto ciclópico

São Pedro dos Crentes - MA, 18 de dezembro de 2019.

Responsável Técnico - Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil - CREA/MA: 111583835-0
CREA-MA: 111583835-0

ENDEREÇO: AVENIDA CANAÃ, S/N, CENTRO. SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA. CEP: 65.978-000. TELEFONE: (99) 3604-1094. CNPJ: 01.577.844/0001-62

47



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ nº 01.577.844/0001-62

DECLARAÇÃO

LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM, portador do CPF nº 875.581.493-04 residente e domiciliado em São Pedro dos Crentes-MA. Declara, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente e, ainda, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e fica responsável por qualquer informação ou documentação apresentada que não corresponda à verdade formal e material, que o **Município de São Pedro dos Crentes-MA**.

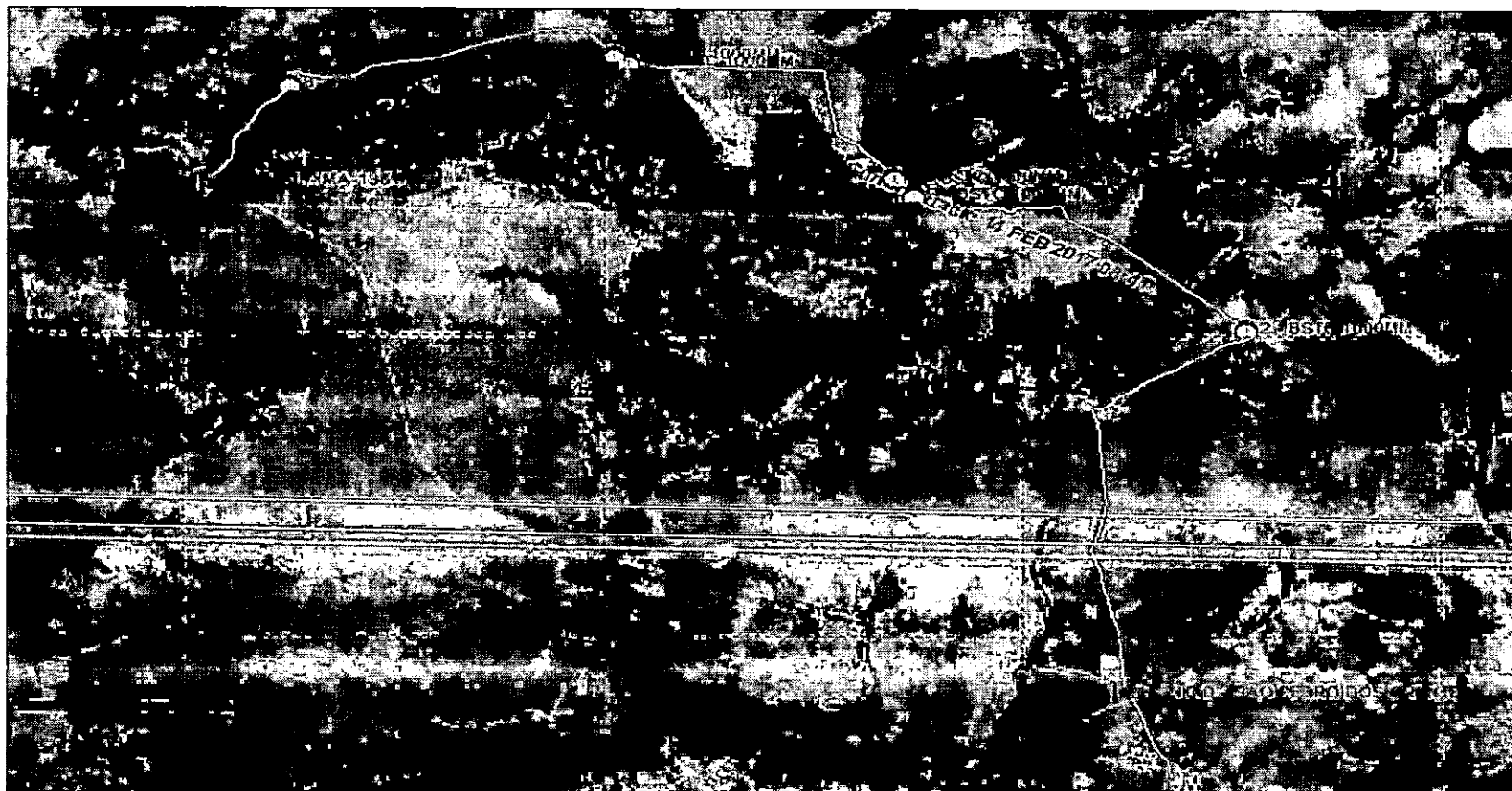
Venho por meio deste afirmar domínio do PA 17 de Abril, localidade pertencente aos limites geográficos do Município de São Pedro dos Crentes, assim como qualquer percurso, como estrada vicinal ou rodagem pertencente aos cuidados da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes-MA.


PONTO	Nome	Easting	Northing	comentários
1	INÍCIO	331662,255	9253738,702	INÍCIO - LOCALIDADE MATINA
1	POVOADO	319947,608	9255018,181	PA 17 DE ABRIL

Por ser verdade, firmo a presente.

São Pedro dos Crentes/MA, 20 de abril de 2020.

LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA



Projeto:	Responsável Técnico:	Trecho:	Perímetro:	Prancha:	
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	 Manoel Alves Guida Filho Engenheiro Civil CREA-MA: 111589835-0	LOC. MATINA – PA 17 DE ABRIL	16.130 m	01/02	Data: 2020 Escala: Indicada Des. Manoel Guida
	Eng. Civil Manoel Alves Guida Filho				



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA
CNPJ: 01.577.844/0001-62

CARACTERÍSTICAS DE JAZIDA

LOCAL: ESTRADA VICINAL – LOCALIDADE 17 DE ABRIL
MUNICÍPIO: SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO:



DIMENSÕES:

1,00 hectare

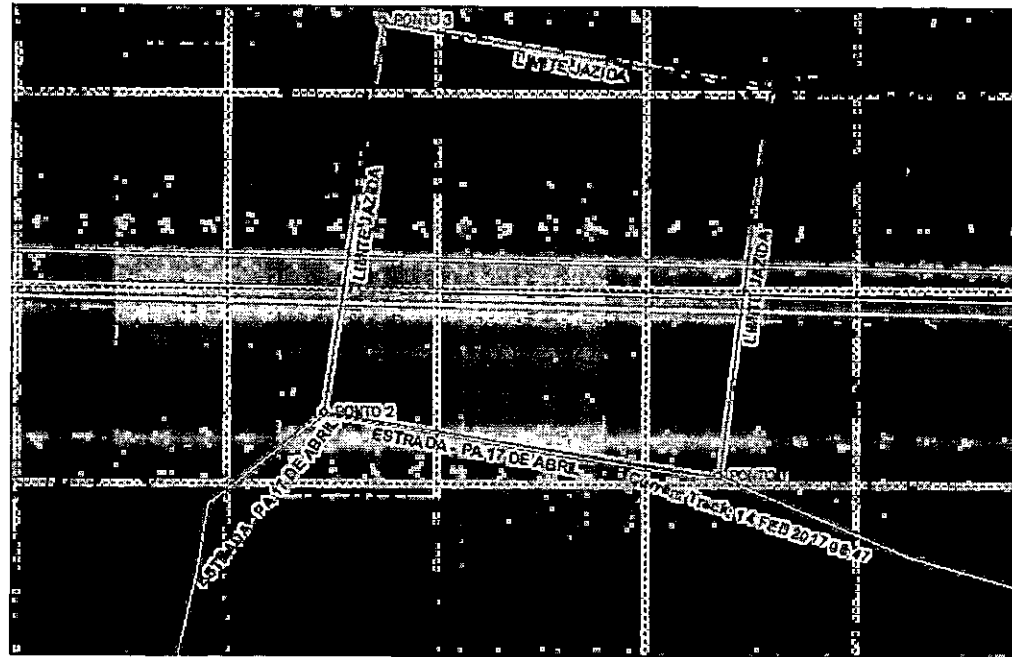
CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL DE DESMONTE:

Solo Laterítico – de acordo ABNT: pedregulho de até 5mm de granulometria



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA
CNPJ: 01.577.844/0001-62

MAPA:



LOCALIZAÇÃO:

Quadro de Coordenadas			
Ponto	Easting	Northing	Comments
01	319073,712	9258367,906	LIMITE JAZIDA
02	319167,736	9258352,081	LIMITE JAZIDA
03	319179,796	9258451,504	LIMITE JAZIDA
04	319087,375	9258467,596	LIMITE JAZIDA

2



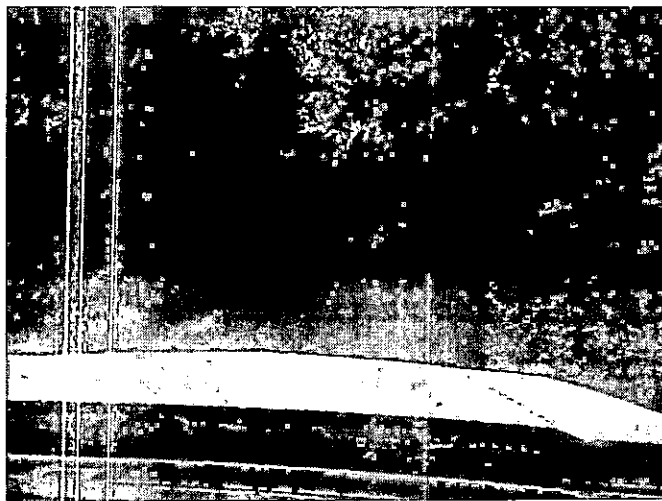
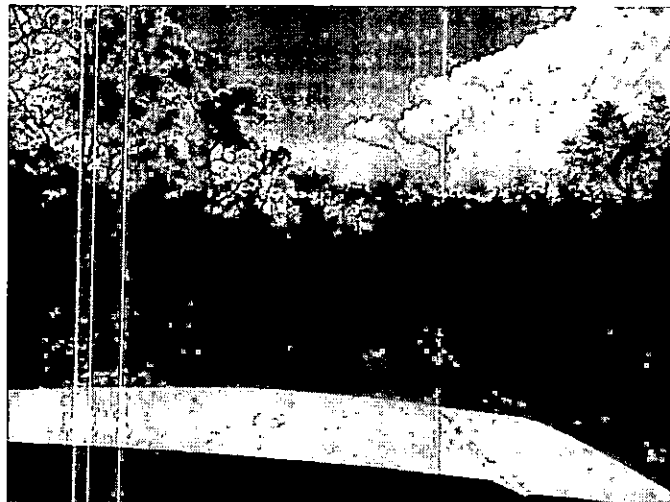
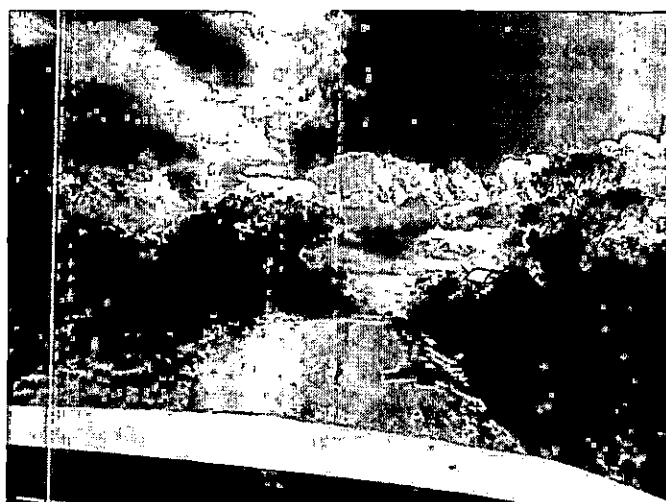
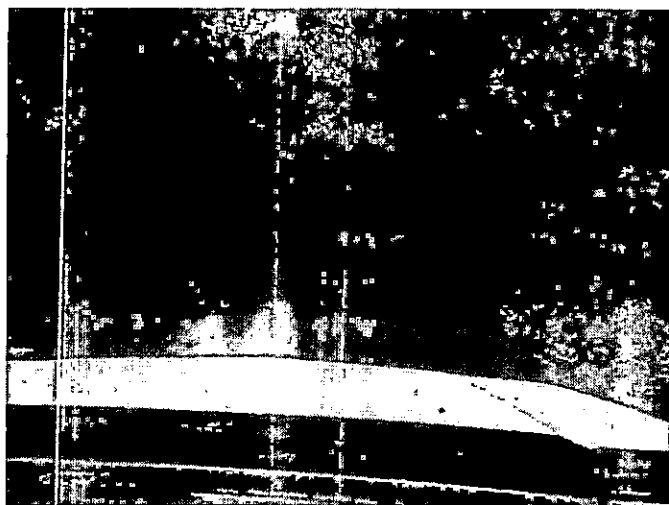
Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes
CNPJ: 01.577.844/0001-62
Avenida Canaã, s/n, Centro, CEP: 65.978-000

Relatório Fotográfico

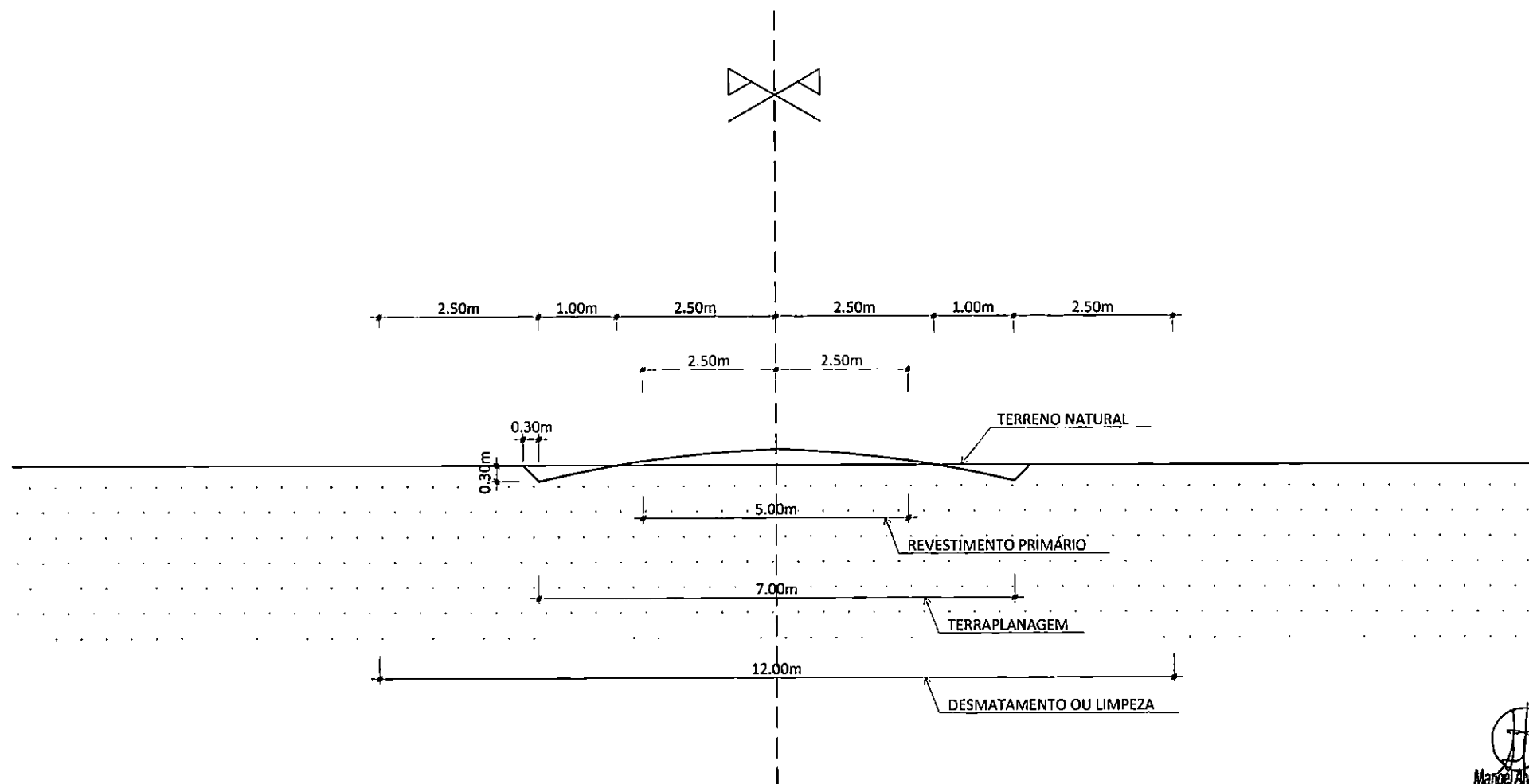
Obra: Recuperação de Estrada Vicinal

Local: Povoado 17 de Abril – São Pedro dos Crentes-MA

Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111583835-0



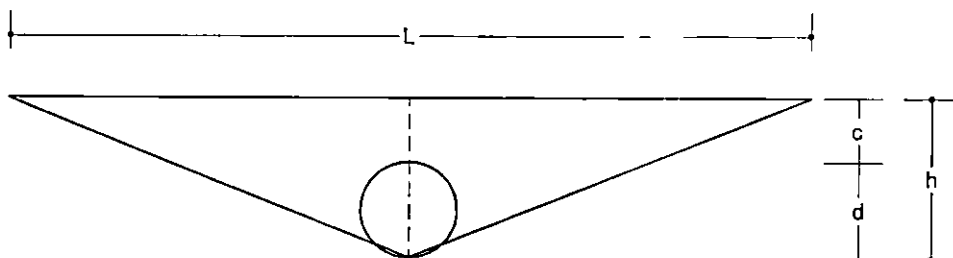
SEÇÃO PADRÃO - ESTRADAS VICINAIS



ATERROS EM BUEIROS

DETALHAMENTO DAS SEÇÕES CONSIDERADAS
FORMULAS UTILIZADAS

SEÇÃO TRANSVERSAL



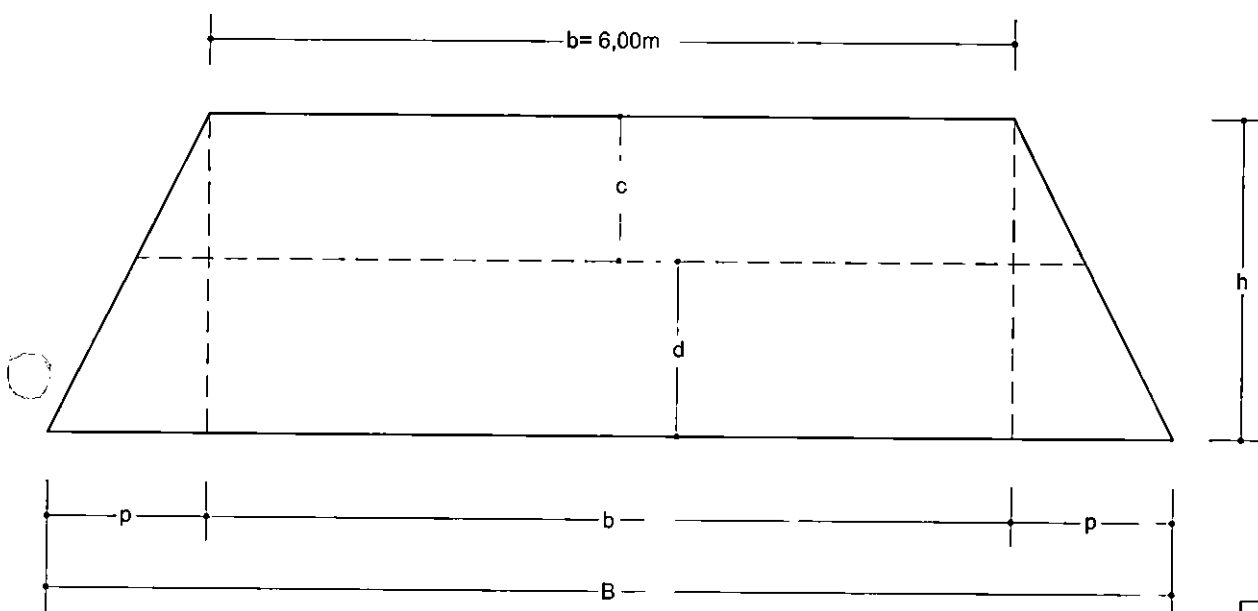
LEGENDA	
d =	DIÂMETRO DO BUEIRO
c =	COBRIMENTO SEM REVESTIMENTO
L =	EXTENSÃO DO ATERRO
h =	ALTURA MÁXIMA ATERRO

TABELA		
d	c	h
0,60m	0,30m	1,00m
0,80m	0,40m	1,40m
1,00m	0,50m	1,80m

FÓRMULA

$$h = d + c$$

SEÇÃO LONGITUDINAL



LEGENDA	
p =	PROJEÇÃO TALUDE
b =	BASE MENOR DA SEÇÃO
B =	BASE MAIOR DA SEÇÃO
AMAX =	ÁREA DA SEÇÃO MÁXIMA
AMED =	ÁREA DA SEÇÃO MÉDIA
VA =	VOLUME DO ATERRO

TABELA					
d(m)	h(m)	p(m)	B(m)	Amax(m2)	Amed(m2)
0,60m	1,00	1,50	b+3,0	b+1,5	b/2 + 0,75
0,80m	1,40	2,10	b+4,2	1,4.(b+2,1)	0,7.(b+2,1)
1,00m	1,80	2,70	b+5,4	1,8.(b+2,7)	0,9.(b+2,7)

FÓRMULA

$$p = \frac{3h}{2}$$

$$B = b + 3h$$

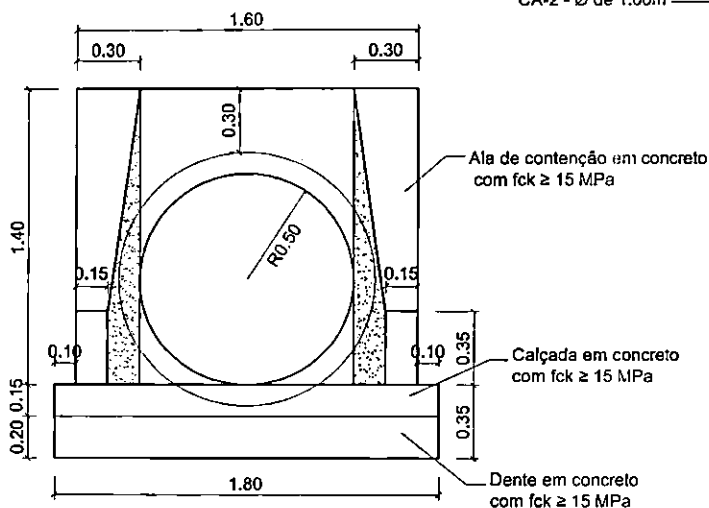
$$AMAX = h.(b+3h/2)$$

$$AMED = h.(b+3h/2)$$

$$VA = \frac{Lh}{2}.(b+3h/2)$$

BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO (BSTC) - Ø 1.00m

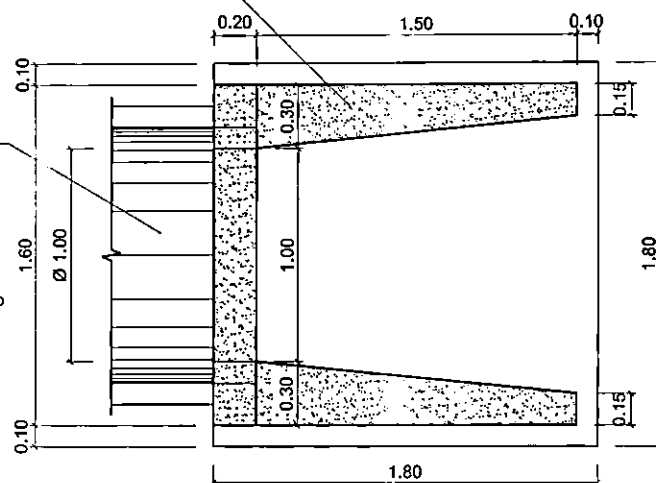
PROJETO BÁSICO
SEM ESCALA



VISTA FRONTAL

Boca de bueiro simples de concreto Ø 1.00m

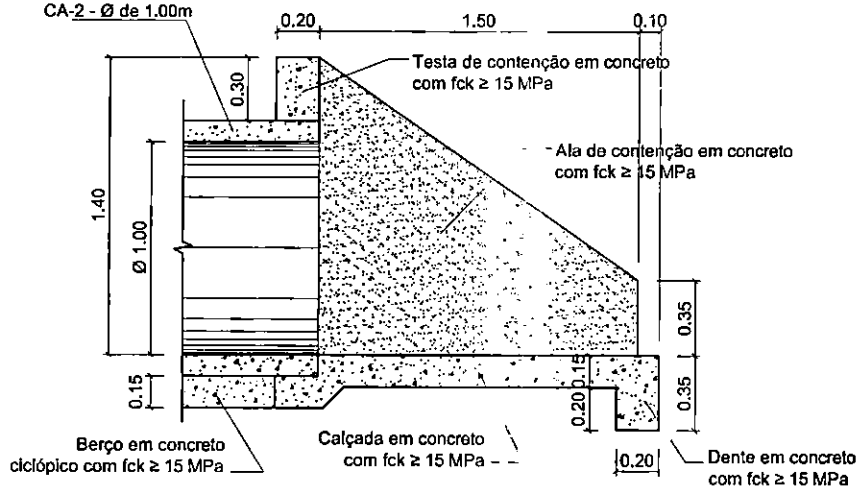
Ala de contenção em concreto com fck ≥ 15 MPa



PLANTA BAIXA

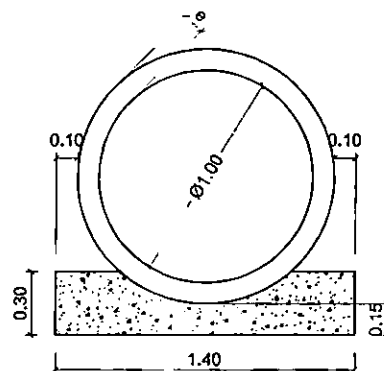
Boca de bueiro simples de concreto Ø 1.00m

Tubo de concreto armado CA-2 - Ø de 1.00m



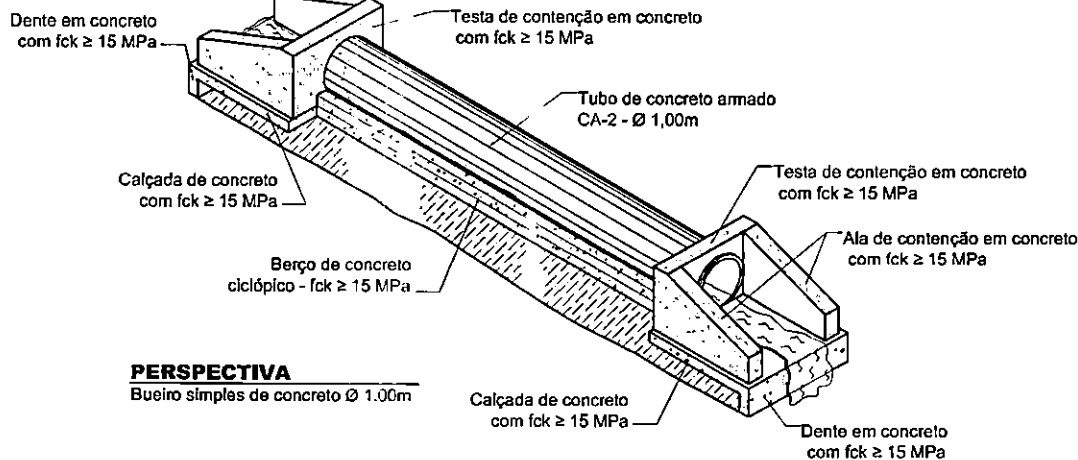
VISTA LATERAL

Boca de bueiro simples de concreto Ø 1.00m



CORTE EM BUEIRO

Berço para bueiro simples de concreto Ø 1.00m



PERSPECTIVA

Bueiro simples de concreto Ø 1.00m

Assunto:

Detalhamento das Obras de Arte Correntes

Responsável Técnico:

Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA 111583835-0



PERSPECTIVA

Obs.: Ver dimensões em projeto específico



PERSPECTIVA
Bueiro Duplo Tubular de Concreto (B.D.T.C)

Obs.: Ver dimensões em projeto específico

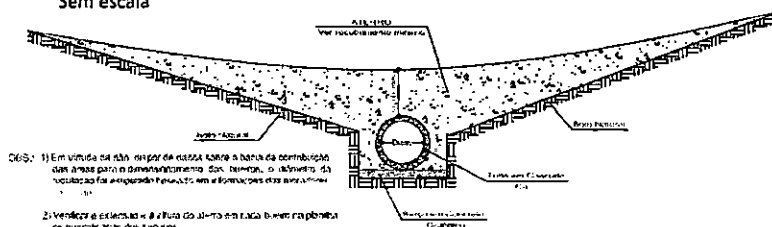


Bueiro Triplo Tubular de Concreto

Obs.: Ver dimensões em projeto específico

DETALHE GENÉRICO 01 (aterro sobre bueiros)

Sem escala

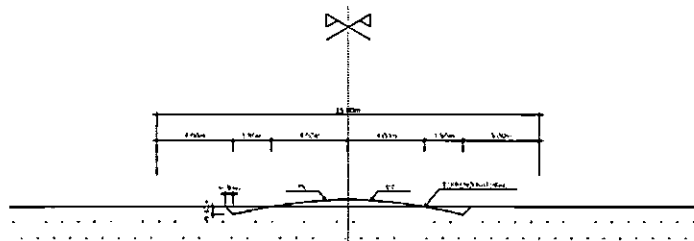


Q6S: 1) Em virtude da não pagar da taxa sobre a base da contribuição das áreas para o desenvolvimento das bacias, o aumento da receita foi absorvido pela URS em forma de despesas com pessoal.

2) vender e entregar a 3ª Fusa do Alentejo em cada bacia plantada
de acordo com o dia 30 de maio

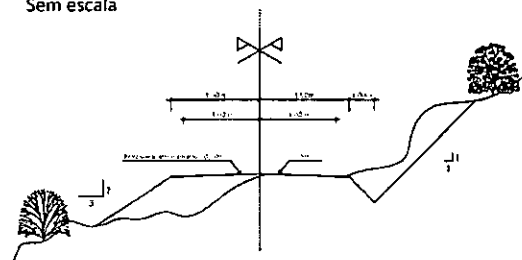
SECÃO PADRÃO COM GREIDE COLADO

Sem escada



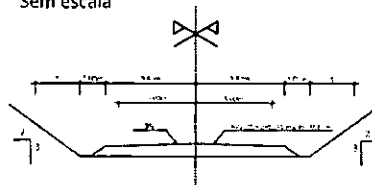
SEÇÃO MISTA COM CORTE E ATERRO

Sem escala



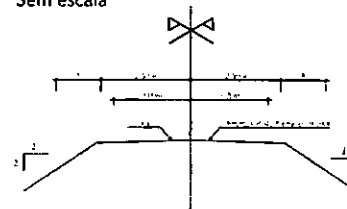
SEÇÃO EM CORTE

Sem escala

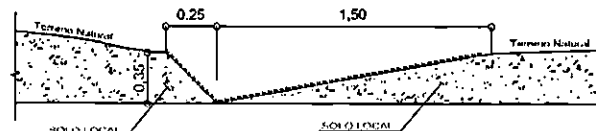


SEÇÃO EM ATERRO

Sem escala

**DETALHE GENÉRICO 02 (bigodes)**

Sem escala



OBS.: Em trechos com pouca declividade as saídas devem ser executadas a cada 100,00m ao longo da estrada, reduzindo-se a cada 50,00m nos casos de maiores declividades.

OBSERVAÇÕES:

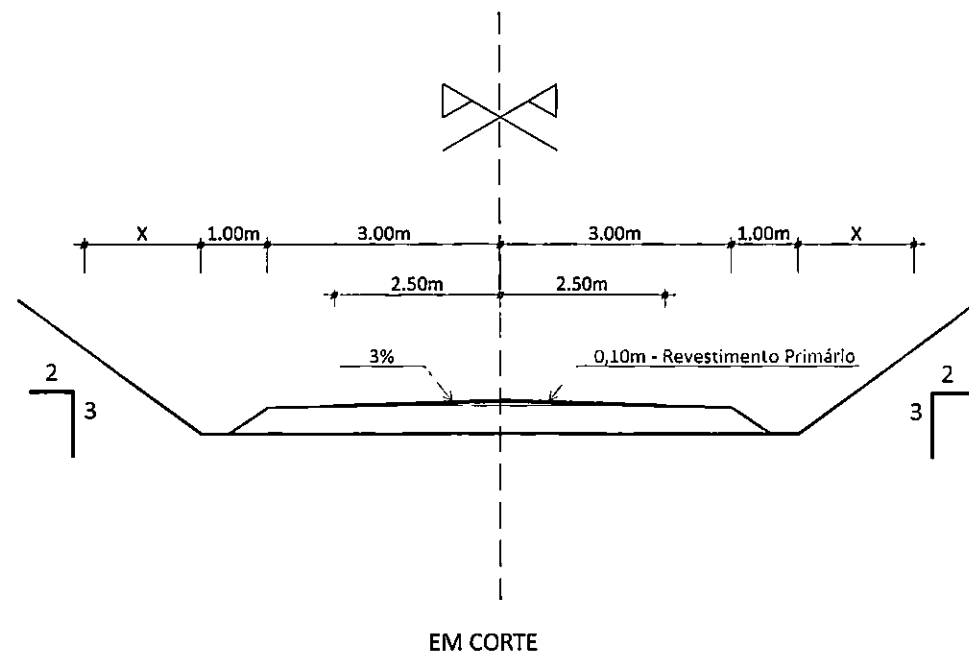
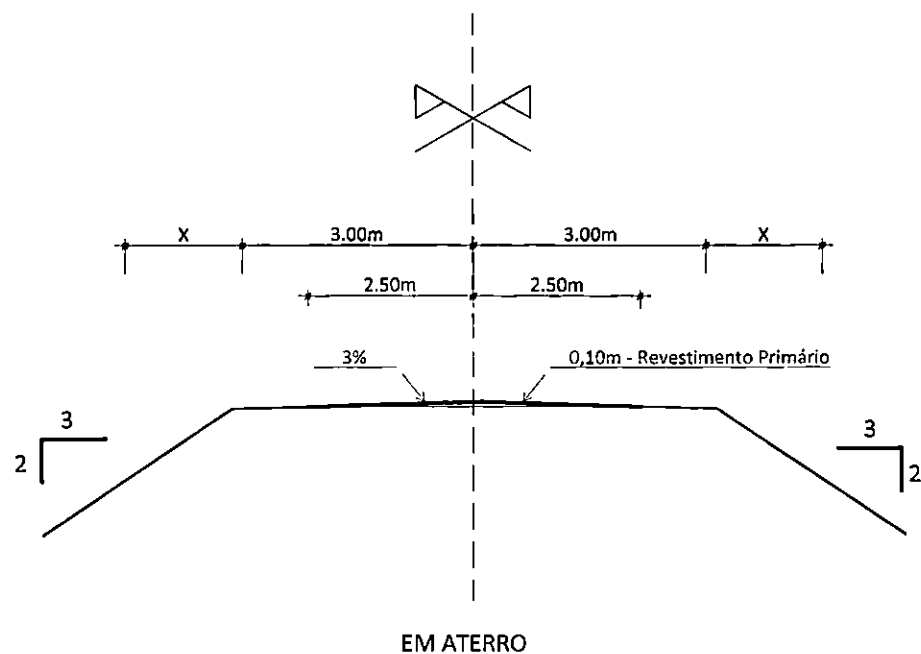
1 - Os detalhes dos bueiros são genéricos, devendo ser observados os respectivos comprimentos apresentados em planilhas e as medidas constantes em detalhes específicos de cada tipo de bueiro, parte integrante desse projeto básico.

2 - Os recobrimentos mínimos sobre os buracos são:

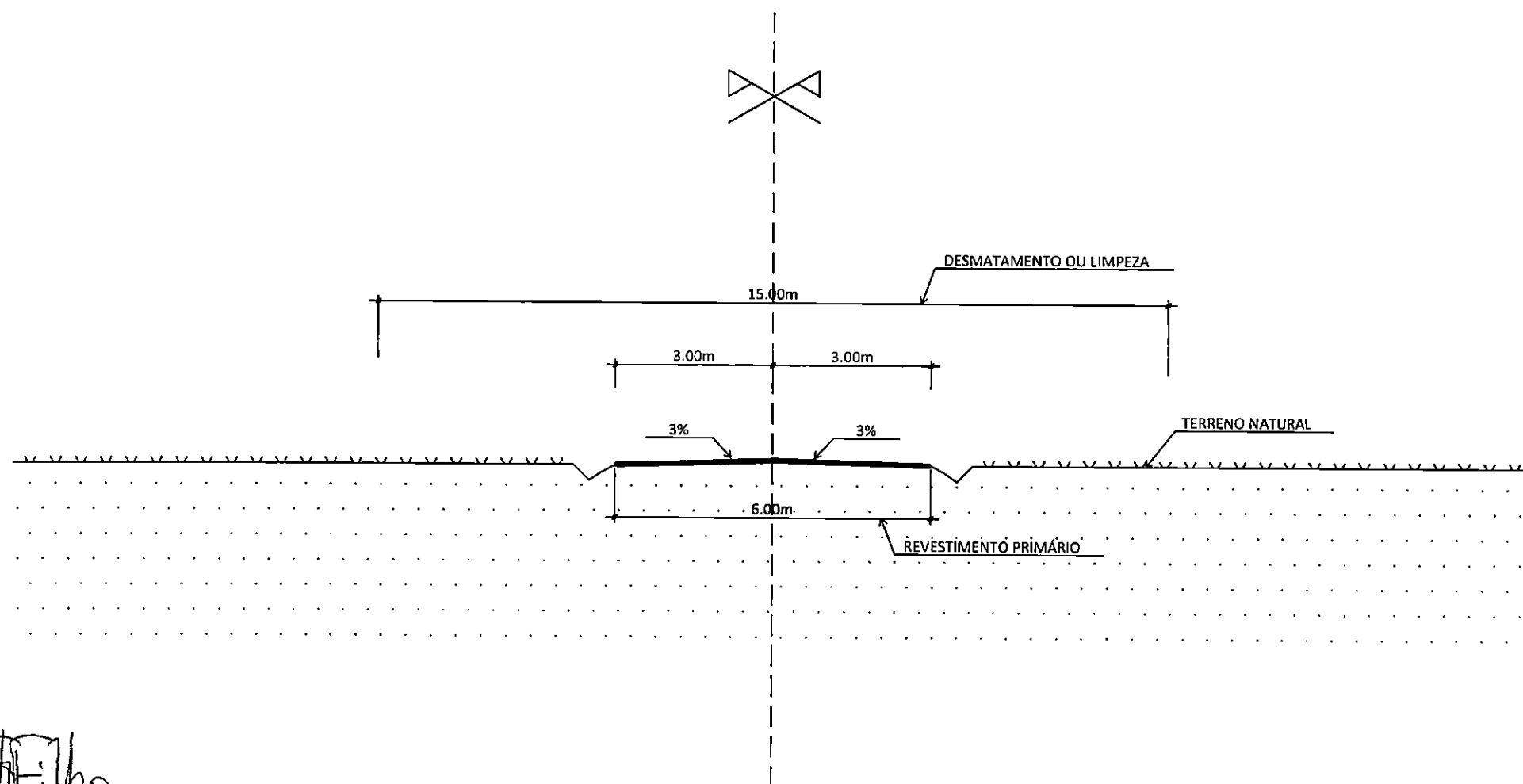
- => Bueiro Ø 60 cm - aterro mínimo sobre geratriz superior = 0,30 m;
- => Bueiro Ø 80 cm - aterro mínimo sobre geratriz superior = 0,40 m;
- => Bueiro Ø 100 cm - aterro mínimo sobre geratriz superior = 0,50 m.


Manoel Alves Guida Filho
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111583835-0

GABARITO DAS SEÇÕES TRANSVERSAIS TIPO (ALIMENTADORA)



SEÇÃO PADRÃO - COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO



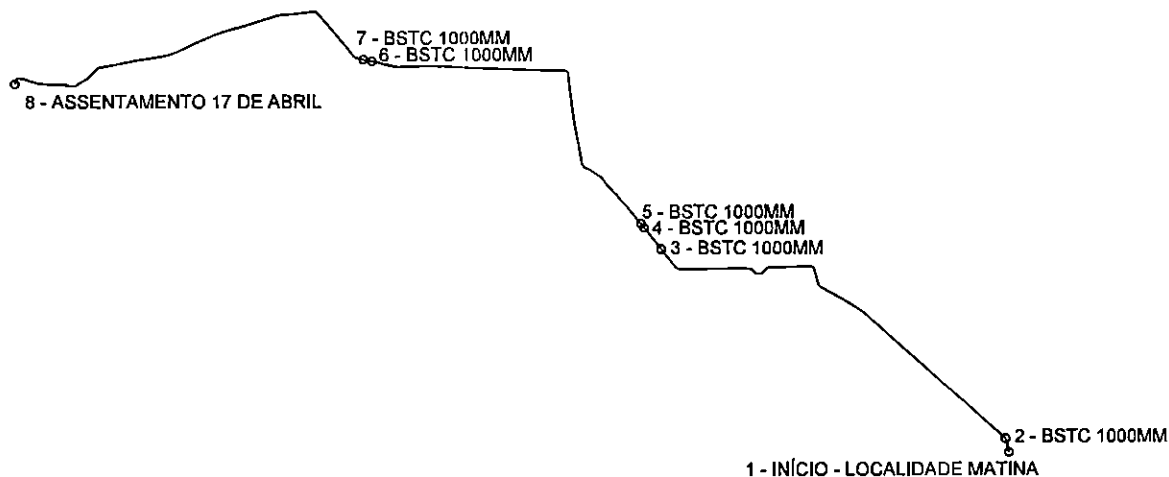


TABELA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS

PONTO	Nome	Easting	Northing	Comentários
1	INÍCIO	331662,255	9253738,702	INÍCIO - LOCALIDADE MATINA
2	BUEIRO	331663,887	9253739,709	BSTC 1000MM
3	BUEIRO	327267,697	9256183,472	BSTC 1000MM
4	BUEIRO	327052,576	9256453,833	BSTC 1000MM
5	BUEIRO	327012,399	9256502,583	BSTC 1000MM
6	BUEIRO	323297,908	9258702,786	BSTC 1000MM
7	BUEIRO	323471,834	9258597,63	BSTC 1000MM
8	POVOADO	319947,608	9255018,181	PA 17 DE ABRIL

PROJETO:

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

DATA:

JAN/2020

DESCRIÇÃO:

ESTRADA VICINAL - TRECHO: LOC. MATINA - PA 17 DE ABRIL

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ESCALA:

SEM ESCALA

FOLHA:

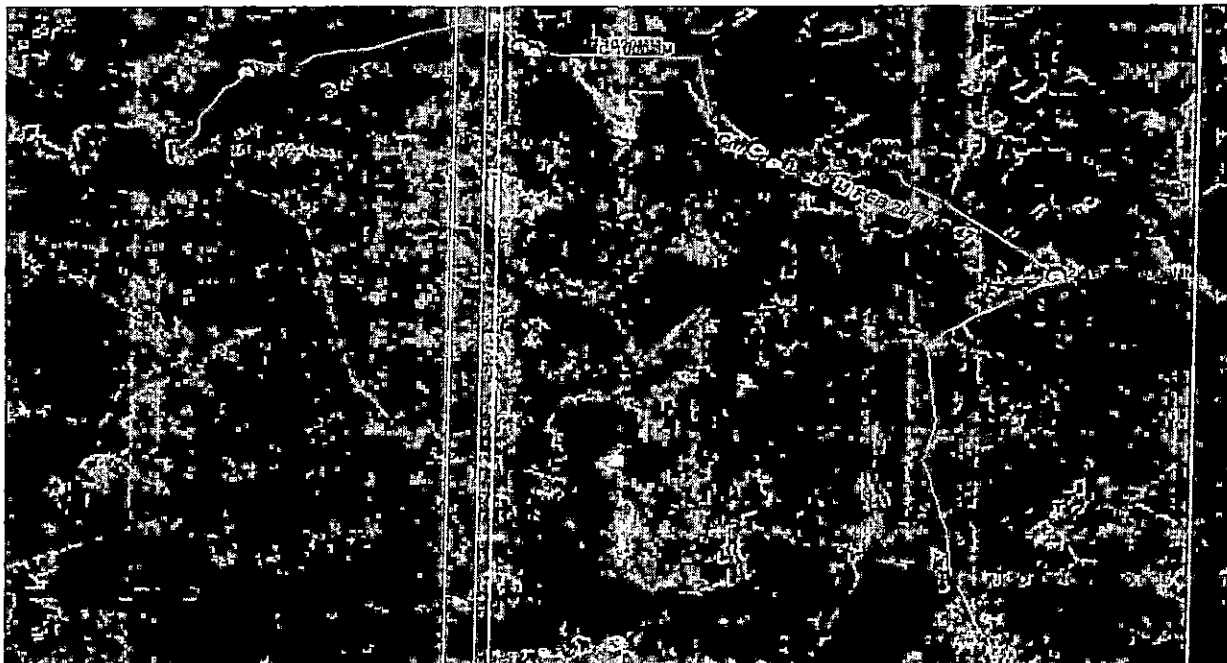
1/2

DESENHO:

INOWR
ENGENHARIA E SERVIÇOS

TABELA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS

PONTO	Nome	Easting	Northing	Comentários
1	INÍCIO	331662,255	9253738,702	INÍCIO - LOCALIDADE MATINA
2	BUEIRO	331663,887	9253739,709	BSTC 1000MM
3	BUEIRO	327267,697	9256183,472	BSTC 1000MM
4	BUEIRO	327052,578	9256453,633	BSTC 1000MM
5	BUEIRO	327012,399	9256502,583	BSTC 1000MM
6	BUEIRO	323297,908	9258702,736	BSTC 1000MM
7	BUEIRO	323471,834	9258597,63	BSTC 1000MM
8	POVOADO	319947,608	9255018,181	PA 17 DE ABRIL



PONTOS INICIAIS E FINAIS



PONTOS DE OBRAS DE ARTE

PROJETO:

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

DATA:

JAN/2020

DESCRIÇÃO:

ESTRADA VICINAL - TRECHO: LOC. MATINA - PA 17 DE ABRIL

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ESCALA:

SEM ESCALA

FOLHA:

2/2

DESENHO:

INOVAR
ENGENHARIA E SERVIÇOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS 009/2020 - CPL

ANEXO I

PROJETO BÁSICO
(MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS 009/2020 - CPL

ANEXO II

MODELO SUGERIDO PARA CARTA PROPOSTA DA LICITANTE

.....de.....de 2020.

Prezados Senhores,

(Empresa), com sede na cidade de.....na Rua....., n.º....., inscrita no CNPJ/MF sob o número....., neste ato representada por....., portador do CPF n.º.....e RG n.º....., abaixo assinado propõe à Prefeitura de São Pedro dos Crentes- MA, os preços infra discriminados para a contratação de empresa para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no município de São Pedro dos Crentes - MA, conforme plano de trabalho devidamente inserido e aprovado no SICONV, constante no processo administrativo n.º 59.580.000211/2019-20 e convênio n.º 886911 (celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o município de São Pedro dos Crentes - MA), objeto da TOMADA DE PREÇOS n.º 009/2020 - CPL:

Planilha Orçamentária

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1					
2					
	Total Geral				

a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura;

b) O prazo para entrega do(s) produto(s)/serviço(s) objeto desta licitação é a partir do recebimento da "Ordem de Fornecimento/execução de serviços" emitida pela Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes- MA.

c) Preço Total por extenso R\$. (.....)

a) Dados Bancários:.....

b) E-mail:.....

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa

RG:

CPF:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020 - CPL

ANEXO III
(MODELO)

(Papel timbrado do Concorrente)
CARTA CREDENCIAL

.....de.....de 2020.

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF. TOMADA DE PREÇOS Nº...../2020 - CPL

O abaixo-assinado, responsável legal pela Empresa _____
_____, vem pela presente informar a Vs. que o Sr. _____
_____ é designado para representar nossa empresa na Licitação acima referida,
podendo assinar atas e demais documentos, apresentar impugnação, recursos, inclusive renúncia
expressa a interposição de quaisquer recursos, se for o caso, e praticar todos os atos necessários
ao desempenho da representação no processo licitatório.

Atenciosamente

Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS 009/2020 - CPL

ANEXO IV

(MINUTA DO CONTRATO)

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2020 – CPL

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA, ATRAVÉS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS
CRENTES E A EMPRESA_____.**

Por este instrumento de contrato, de um lado o Município de São Pedro dos Crentes - MA, com sede administrativa situada à Av. Canaã, 102, Centro - São Pedro dos Crentes -MA, inscrito no CNPJ/MF: 01.577.844/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lahesio Rodrigues do Bonfim, brasileiro, casado, agente político, portadora do CPF nº 875.581.493-04, de ora em diante designado simplesmente "CONTRATANTE"; e, de outro lado a empresa _____, estabelecida à Rua _____ nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, portador do documento RG. nº _____ e CPF nº _____, doravante designada simplesmente "CONTRATADA" e, de conformidade com os elementos constantes na Tomada de preço Nº 009/2020 e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem pôr objeto a execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais no município de São Pedro dos Crentes – MA, conforme plano de trabalho devidamente inserido e aprovado no SICONV, constante no processo administrativo nº 59.580.000211/2019-20 e convênio nº 886911 (celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o município de São Pedro dos Crentes - MA), ao qual será executado pela empresa contratada acima identificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 - Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020 e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME, DO ACOMPANHAMENTO, DA EXECUÇÃO E LOCAL DOS SERVIÇOS:

3.1 - A presente contratação dá-se sob o regime de execução de serviços por Menor Preço Global.

3.2 - Os serviços deverão ser executados no município de São Pedro dos Crentes - MA, dentro do prazo máximo estabelecido no cronograma físico-financeiro e de acordo com o local, quantidades e especificações técnicas contidos no projeto básico da licitação TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020, sendo que a inobservância destas condições implicará na recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a refazer os serviços que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

3.3 Os prazos de execução estão vinculados, exclusivamente, ao cronograma físico-financeiro. O prazo para início das obras será de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços emitida pela Prefeitura de São Pedro dos Crentes - MA.

3.4 - Os serviços serão recebidos/fiscalizados por servidor da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA, especialmente designado(s), observando-se o que segue:

3.4.1 - A contratante, observado o prazo de execução, emitirá o termo de recebimento provisório de medição (minuta no anexo IX do edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020) para efeito de posterior verificação quanto sua conformidade com as especificações técnicas contidas no projeto básico e com a proposta da empresa contratada.

3.4.2 - Após a verificação da qualidade, quantidade e especificações dos serviços executados recebidos provisoriamente, havendo aceitação dos mesmos, a contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (minuta no anexo X do edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020), no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

3.4.3 - O recebimento definitivo não isenta a contratada de responsabilidade futura quanto à qualidade dos serviços executados.

3.5 - Os serviços reprovados no recebimento provisório não serão aceitos, devendo a empresa contratada refazê-los imediatamente sem quaisquer acréscimos à contratante, contados a partir da notificação, arcando com todos os custos decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA, classificada conforme abaixo especificado:

FONTE DE RECURSO: CONVÊNIO Nº 886911/2019-SICONV
06 - SEC. E INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE
26.782.0710.1015.0000 Construção e Melhorias de pontes e estradas
4.4.90.51.00 Obras e Instalações- Valor Estimativo R\$ 400.867,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS:

5.1 - O CONTRATANTE obriga-se a pagar pela execução dos serviços, os preços firmes e irreajustáveis consignados na **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**, deste instrumento contratual.

§ 1º - Nos preços ofertados estarão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas ocorridas na prestação, tais como e sem se limitar a: **custos com viagens, alimentação, hospedagens necessárias, deslocamentos, honorários, lucro e demais bonificações, impostos, seguros, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais** que incidirem sobre o fornecimento do objeto deste contrato, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.

§ 2º - Atribui-se ao presente contrato o valor total de R\$ (.....), considerando os preços dos serviços até 31/12/2020.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

6.1 - O pagamento será efetuado referente aos serviços executados, mediante o termo de recebimento definitivo de medição, acompanhado da Nota Fiscal (devidamente atestada pelo setor competente), medição dos serviços executados, termo de recebimento provisório de medição e após a comprovação de que a contratada está em dia com as obrigações relativas a regularidade fiscal e trabalhista, para tanto, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar no ato do pagamento as referidas certidões:

6.1.1 - Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.

6.1.2 - Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

6.1.3 - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

6.1.4 - Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.1.5 - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.1.6 - Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

6.1.7 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal- CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

6.1.8 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.2 - O pagamento será efetivado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo de medição e mediante a apresentação das certidões enumeradas no item 6.1 deste instrumento, observando-se o que segue:

6.2.1 - Para efetivação do pagamento da 1ª (primeira) fatura/medição, a contratada deverá apresentar ainda a ART Anotação de Responsabilidade Técnica, referente a execução do contrato.

6.2.2 - Para efetivação do pagamento da 2ª (segunda) fatura/medição e demais (se houver), a contratada deverá cumprir apenas o exigido no caput do item 6.2 deste instrumento.

6.3 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso esta esteja em situação irregular relativamente a regularidade fiscal e trabalhista. Portanto, todas as certidões enumeradas no item 6.1 deste instrumento deverão estar válidas para o dia do pagamento. Caso contrário, se quaisquer das certidões estiverem com prazo de validade expirado, o pagamento não será efetivado enquanto a(s) mesma(s) não for(em) regularizada(s).

6.4 - É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

6.5 - A fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crente - MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

6.7 - A documentação exigida no item 6.1.6 deste instrumento "Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS", poderá ser substituída pela documentação exigida no item 6.1.1 "Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União", desde que esta tenha sido emitida a partir de 20 de outubro de 2014, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014 (Ministério da Fazenda).

6.8 - A empresa arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos serviços objeto deste Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

6.9 - Os pedidos de reajuste de preços e de readequação por desequilíbrio deverão ser apresentados por escrito e acompanhado de documentos pertinentes, para análise e dirigidos a Comissão Permanente de Licitação, através do Protocolo Geral.

6.10- A licitante vencedora se obriga a aceitar acréscimo ou supressões do fornecimento até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo ou do valor da proposta.

6.11 - Em caso de renovação do contrato, por período iguais ou superiores a doze meses, a critério da administração e caso haja interesse do contratado, o mesmo manterá o mesmo objeto da presente licitação e do contrato já em vigor, o qual será reajustado pelo INPC dos últimos doze meses que antecederam a renovação, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em especial por:

I) Cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;

II) Subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial, sem prévia anuência ou autorização escrita da CONTRATANTE;

III) Inobservância às características para cumprimento do objeto contratual;

IV) Reiteração de falhas no cumprimento das obrigações;

V) Declaração de falência e concordata da CONTRATADA, ou mesmo a insolvência da Administração Municipal, assim como da CONTRATADA;

VI) Interrupção da prestação dos serviços, sem justa causa ou sem autorização da CONTRATANTE; e

VII) Lentidão no fornecimento, que possa dar margem ao descumprimento de prazos ou prejuízos aos serviços da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – Em havendo insatisfação com a qualidade dos serviços fornecidos pela CONTRATADA, ficará a critério da Administração Municipal rescindir o presente contrato mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, período em que a CONTRATADA continuará responsável pela execução dos serviços e a Administração Municipal pelo pagamento da execução no período subsequente ao aviso.

Parágrafo Segundo – A aplicação das penalidades previstas neste instrumento poderá ser reconsiderada, ou aplicada no todo ou em parte, a exclusivo critério da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Rescindido o presente Contrato por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE entregará o objeto deste instrumento a quem ela julgar conveniente, sem qualquer consulta ou interferência da CONTRATADA, que responderá na forma legal e contratual pela infração ou execução inadequada que tenha dado causa à rescisão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

Parágrafo Quarto – A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato a qualquer momento, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, por escrito.

VIII - Nas demais hipóteses previstas em Lei, de acordo com o artigo 78, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Ressalvados os casos de força maior, a juízo do CONTRATANTE, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, independentemente de qualquer interpelação judicial, e nos seguintes casos:

I - Multa diária: pelo não cumprimento do objeto deste contrato, no valor de 1% (um por cento) ao dia do valor anual estimado contratado, no caso de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a incidência a cinco dias.

II - Multa: caso ocorra a suspensão parcial ou definitiva do fornecimento, a contratada estará sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor ITEM da contratação.

III - Multa: por recusa em assinar o contrato, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato atualizado, observando o "caput" do artigo 81, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

IV - O montante da multa poderá, a critério da Secretária Municipal Finanças, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos a contratada, independentemente de qualquer notificação.

V - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, por prazo de até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

9.1 - O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.2 - Em conformidade com o art. 110 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

9.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1 - Para a boa e cabal execução do presente contrato, obriga-se, ainda, a CONTRATADA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

- a) Fornecer os produtos/serviços descritos no Memorial Descritivo, observados os prazos de execução;
- b) A aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, as informações sobre os endereços e telefones para contato, devidamente atualizada;
- d) Dar ciência imediata, que deverá cumprir as posturas do Município, e as disposições legais estaduais e federais inerentes;
- e) Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) Prestar os esclarecimentos, que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus produtos;
- g) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidirem ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vencidos, bem como pelo custo de frete na entrega, e demais custos inerentes ou fornecimento dos produtos;
- h) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte para o fornecimento dos materiais;
- j) Comunicar por escrito, à Contratante, qualquer irregularidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- k) Substituir, imediatamente qualquer bem que apresente defeito de fabricação ou por manuseio inadequado no transporte;
- l) Arcar com todos os custos de reposição ou reexecução nos casos em que os serviços não atenderem às condições especificadas neste memorial Descritivo;
- m) Adotar cautelas especiais para o transporte, no que couber;
- n) A Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes- MA, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

Parágrafo Único - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, e sua comunicação caso ocorra algum fato impeditivo, sob risco de incorrer as penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

11.1 - Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes e encaminhando cópia imediatamente à CONTRATADA, para a pronta correção das irregularidades apontadas;
- b) Designar profissionais, para na qualidade de fiscal, acompanhar, o fornecimento/execução do serviço objeto do contrato;
- c) Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução dos serviços;
- d) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- e) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;
- f) Receber e conferir o objeto;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

- g) Recusar o objeto que não estiver de acordo com as especificações;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- i) Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

12.1 - Durante o prazo de duração do contrato, a **CONTRATANTE** designa o Secretário Municipal de Administração para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, o qual deverá receber mensalmente os serviços, mediante competente atestado, dispensado o recebimento provisório por se tratar de serviços técnicos profissionais especializados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

13.1. Os casos omissos serão resolvidos às luzes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

14.1. Em conformidade com o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

15.1 - As partes elegem do Foro da Comarca de Balsas - MA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Pedro dos Crentes -MA,..... de de.....

CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020-CPL

ANEXO V
(MODELO)

**DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)._____, portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**, para os fins do disposto no inciso V do art. 27º da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, de de.....

Representante Legal

(Observação: Em caso afirmativo assinala a ressalva acima).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020-CPL

ANEXO VI
(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

O signatário da presente, em nome da Empresa _____ declara, sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2º do art. 32 da Lei n.º 8.666/93 que, após o seu cadastramento, nenhum fato ocorreu que inabilite esta empresa a participar da **Tomada de Preços nº 009/2020-CPL**, e que contra a mesma não existe pedido de falência ou recuperação judicial.

Local e data:

(Nome e assinatura do responsável legal pelo proponente)

84.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020-CPL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO À LC Nº 123/06

A empresa....., DECLARA, sob as penas da lei, especialmente o disposto no art. 299, do Código Penal Brasileiro, que se encontra enquadrada na condição de (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa de Consumo) e que inexistente fato superveniente que implique no seu desenquadramento dessa situação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

São Pedro dos Crentes - MA, ____ de ____ de 2020

Representante Legal da Empresa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020-CPL

ANEXO VIII

"MINUTA DA DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.

Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA

DECLARAÇÃO DE VISITA E RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Atesto para os devidos fins, que o Sr. portador da cédula de identidade n.º representante da empresa, inscrita no CNPJ sob o nº nos termos do item 04 do edital de licitação da modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020, visitou o local onde serão executados os serviços, constatando as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, recebendo as informações técnicas pertinentes para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, conforme determinado pelo art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

..... (.....), de de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020-CPL

ANEXO IX

"MINUTA DO TERMO"

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MEDIÇÃO

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020

Contrato nº:.....Empenho nº:.....

Empresa contratada:.....

Pelo presente instrumento, o município de São Pedro dos Crentes - MA, através da Prefeitura de São Pedro dos Crentes - MA, por meio dos servidores abaixo assinados, formalizam o Recebimento Provisório da Medição totalizando o valor de R\$.....(.....) (doc. anexo), referente ao objeto do contrato acima identificado, em cumprimento ao disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Recebemos os referidos serviços a fim de proceder avaliação criteriosa, verificando a sua conformidade com as especificações técnicas contidas no projeto básico e com a proposta da empresa contratada.

E assim, expede-se este Termo de Recebimento Provisório de Medição em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos legais.

São Pedro dos Crentes – MA, de de

.....
Contratante

.....
Responsável pela fiscalização

.....
Contratada



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001-62

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020-CPL

ANEXO X

"MINUTA DO TERMO"

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MEDIÇÃO

Contrato nº:.....; Nota fiscal nº....., datada de.....de.....de.....
Empresa contratada:.....

Pelo presente instrumento, o município de São Pedro dos Crentes - MA, através da Prefeitura de São Pedro dos Crentes - MA, por meio dos servidores abaixo assinados, formalizam o Recebimento Definitivo de Medição, referente ao objeto do contrato acima identificado, em cumprimento ao disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, fixando esta data para início da contagem dos prazos relativos ao pagamento do objeto.

Certifica-se que, até a presente data, os serviços executados pela empresa acima identificada atendem aos critérios estabelecidos no projeto básico e determinados por esta administração pública, perfazendo gasto no total de R\$.....(.....). O município de São Pedro dos Crentes - MA, através da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA deverá efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do presente termo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa contratada.

E assim, concluído a execução dos serviços constantes na medição apresentada, expede-se este Termo de Recebimento Definitivo de Medição em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos legais.

São Pedro dos Crentes – MA, de de

.....
Contratante

.....
Responsável pela fiscalização

.....
Contratada